

YANOMAMI

De volta ao século XVI



**O legado
de Bruno
e Dom** p. 3

PAPAGAIO-VERDADEIRO

O risco de estar fora do habitat natural
p. 19

MÁRIO MANTOVANI

Linha de frente na defesa do meio ambiente
p. 23

INOVAÇÃO EM URUBICI - SC

Hotel fazenda recebe araucárias da Tetra Pak
p. 29

HARPIAS

Vida livre pelas lentes de Carlos Augusto Tuyama
p. 36

Depois de muito trabalho e dedicação da equipe do OJC, chegamos ao número 10 de nosso Jornal Justiça e Conservação. Infelizmente, em um país onde o negacionismo e o antiambientalismo são apreciados por diversas autoridades, tantas são as denúncias e ilegalidades, que se torna pesado selecionar dentre tantos fatos, aqueles cuja gravidade precisa ser reafirmada.

Trazemos destacados na capa esse enorme retrocesso civilizatório que parece reunir todas as inépcias do atual governo que, com sua visão medieval da natureza, entende nossos indígenas como meros obstáculos sem direitos, e nossos recursos públicos naturais como infinitos.

As mortes de Bruno Pereira e Dom Phillips escancararam aquilo que muitos preferiam não enxergar, mas que já vem ocorrendo de forma violenta desde o início deste governo. O desmantelamento intencional de nossas instituições e o ataque aos defensores da natureza no Brasil são reais. Nossa abordagem procurou valorizar as biografias destes heróis protetores da vida e da natureza.

Na sequência, a reportagem especial sobre nossos irmãos Yanomamis conta a saga dessa gente tão pouco conhecida dos brasileiros. Seu isolamento geográfico não pode ser desculpa para que o Estado lhes deixe a mercê de garimpeiros, caçadores e traficantes. Estarmos longe deles também não é pretexto para que a sociedade civil nada faça a respeito, confira na matéria.

Temas como o desastre da Petrobras no Paraná, o comércio ilegal de aves e o direito animal também estão presentes nesta edição. Além de uma matéria especial produzida em parceria com nossos colegas do Livre.jor sobre a exploração ilegal de areia, que movimentou centenas de milhões de reais.

Assuntos menos graves, mas não menos interessantes desta edição são muitos, como nosso reconhecimento a esse querido personagem do ambientalismo nacional que é Mario Mantovani. Conheça também projetos inovadores que podem mudar realidades regionais, como um projeto educativo da Associação MarBrasil e outro de restauração ambiental - com direito a créditos de carbono - patrocinado pela Tetra Pak.

Aprenda um pouco mais sobre a harpia, a maior águia do Brasil, através das lentes do fotógrafo Carlos Augusto Tuyama. Você sabia que as harpias podem chegar a ter 2 metros de uma ponta a outra de suas asas? Não perca também nossas sensacionais dicas culturais.

Somos uma entidade sem fins lucrativos, acesse justicaeco.com.br e saiba como participar. Lá, você poderá acessar o link para o único programa ambiental diário da rádio brasileira e se manter muito bem informado. Apoie o jornalismo ambiental e as atividades do OJC. Confira e compartilhe!

Boa leitura.

Por onde andamos nesta edição



**APOIE O JORNALISMO
AMBIENTAL.
SEJA UM ASSOCIADO OJC.**

SUA DENÚNCIA PODE VIRAR REPORTAGEM!

Soube de alguma prática suspeita ou ilegal contra o nosso patrimônio natural? Entre em contato conosco por meio de nossas redes sociais ou pelo e-mail justicaconservacao@gmail.com

Sua denúncia pode ser encaminhada aos órgãos responsáveis e virar reportagem. Fique atento, denuncie e conte conosco para tornar pública qualquer ilegalidade.



@justicaeco



@justicaeco



@justicaeco



@ojc_pr

EXPEDIENTE

Jornal JustiçaECO
Número 10 | Ano 3 (2022)
Os conteúdos são de responsabilidade do
Observatório de Justiça e Conservação (OJC)

Iniciativa do Observatório de Justiça e Conservação
Telefone: (41) 3528-4847
www.justicaeco.com.br
justicaconservacao@gmail.com

O LEGADO DE BRUNO PEREIRA E DOM PHILLIPS

Bruno da Cunha Araújo Pereira (41) e Dominic Mark Phillips (57) foram vistos pela última vez no dia 5 de junho, enquanto se deslocavam da comunidade ribeirinha de São Rafael para a cidade de Atalaia do Norte (AM).

O indigenista brasileiro e o jornalista britânico viajavam juntos de barco pela região do Vale do Javari, localizada próxima à fronteira com o Peru e a Colômbia, que abriga a Terra Indígena Vale do Javari, a segunda maior do país, com mais de 8,5 milhões de hectares e o maior número de indígenas isolados ou de contato recente do mundo.

Eles se encontraram na cidade de Atalaia do Norte no dia 1º de maio. Bruno Pereira chegou algumas semanas antes para fazer reuniões com lideranças indígenas sobre a proteção do território. Dom Phillips tinha o intuito de entrevistar indígenas e ribeirinhos para um novo livro.

O trajeto percorrido pela dupla é considerado simples. Diariamente, dezenas de amazônidas, inclusive idosos e crianças, traçam o mesmo caminho. Bruno e Dom foram emboscados e mortos no mesmo dia em que desapareceram. Os corpos foram resgatados dez dias após o registro do desaparecimento. Até o momento, oito pessoas estão sendo investigadas por possível participação no duplo assassinato e ocultação dos cadáveres. Três suspeitos estão presos: Oseney da Costa de Oliveira, conhecido como Dos Santos; Jefferson da Silva Lima e Amarildo da Costa Oliveira, conhecido como Pelado.



Bruno Pereira era considerado um dos maiores especialistas em indígenas que vivem em isolamento no Brasil. Foto: The Guardian

BRUNO PEREIRA FOI O MAIOR INDIGENISTA DA SUA GERAÇÃO

“ Popular, extrovertido e dono de uma risada espalhafatosa, o Bruno daqueles tempos já demonstrava um espírito de liderança e inquietude. Sua coragem, hoje conhecida internacionalmente, já se revelava nas entrelinhas daqueles anos felizes entre 1996 e 1998

André Duarte, colega de escola de Bruno



O indigenista estava ajudando a organizar equipes de vigilância indígenas para a denúncia de crimes ambientais. Foto: Reprodução/Twitter

Bruno da Cunha Araújo Pereira, 41, era considerado um dos maiores especialistas em indígenas que vivem em isolamento no Brasil. Nos últimos anos, o indigenista atuava como consultor da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja). O local é conhecido por ser palco de conflitos típicos da Amazônia como tráfico de drogas, pesca e garimpos ilegais, e corte e roubo de madeira.

Nascido e criado em Pernambuco, Bruno tinha dois irmãos e era filho de um casal de paraibanos que veio morar em Recife. O indigenista era casado com a antropóloga Beatriz Matos, que conheceu durante uma viagem pela Amazônia. Juntos, tiveram dois filhos, um de dois anos e outro de três. Bruno deixa também um terceiro filho, de 16 anos, fruto de outro relacionamento.

“Conheci meu marido, Bruno Pereira, em 2010, quando ele era coordenador regional da Funai em Atalaia do Norte [...] Conversamos rapidamente e gostei do sotaque pernambucano e do jeito debochado dele. Anos depois nos reencontramos e vivemos uma paixão avassaladora. Deixei para trás minha vida carioca e fui morar

com ele num sítio perto de Atalaia do Norte”, diz Beatriz em depoimento a Lia Hama para a Revista Piauí.

Quando jovem, estudou no antigo colégio Contato, no centro da capital pernambucana, onde era conhecido como “Bruno Cunha” ou “cabeça”, apelido dado pelos colegas. Foi nesse colégio que se formou no ensino médio, em 1998.

“Popular, extrovertido

e dono de uma risada espalhafatosa, o Bruno daqueles tempos já demonstrava um espírito de liderança e inquietude. Sua coragem, hoje conhecida internacionalmente, já se revelava nas entrelinhas daqueles anos felizes entre 1996 e 1998”, descreveu o jornalista André Duarte, colega de escola de Bruno, nas redes sociais.

Ingressou na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 2000, no curso de Jornalismo, mas, segundo colegas, perdeu o interesse pela área e acabou deixando a universidade em 2003.

Após desistir da formação em Jornalismo, trabalhou por um período no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ainda na cidade de Recife. Mas nutria o sonho de trabalhar na Amazônia, quando conseguiu trabalho no programa ambiental da Usina Hidrelétrica de Balbina e foi morar na região amazônica.

Em 2010, ingressou na Fundação Nacional do Índio (Funai) por meio de concurso público, um dos últimos promovidos pelo órgão e, em 2012, mudou-se para Atalaia do Norte, mesma região onde foi visto pela última vez.

São muitas as memórias que Bruno deixou em Atalaia. Amava o caldo de mocotó servido em um pequeno restaurante de madeira do “seu” Rosedilson, onde se alimentava e ouvia música sertaneja.

Além de boa comida, Bruno também apreciava o futebol. Era torcedor do Sport de Recife (PE) e sempre assistia aos jogos ao lado de Rosedilson. “Ele subia esta rua do porto e perguntava se o Sport estava jogando, se ia jogar. Quando tinha jogo, pedia para botar no canal que tava passando o jogo, e uma cerveja”, conta Rosedilson Salvador, em entrevista para a Agência Pública.



Cidadania

Na cidade, foi coordenador regional do Vale do Javari, mas deixou o cargo em 2016 após um intenso conflito registrado entre povos isolados da região. Em 2018, o indigenista tornou-se coordenador-geral de Índios Isolados e de Pouco Contato da Funai, quando organizou a maior expedição dos últimos 20 anos para contato com esses indígenas.

Foi nesse momento que Bruno acabou exonerado do cargo, logo após coordenar uma operação contra garimpeiros ilegais no Vale do Javari. Durante a fiscalização, foram destruídas cerca de 60 balsas de extração ilegal de ouro.

"Bruno estava fazendo um trabalho muito sério e era reconhecido nacional e internacionalmente; ele realizou uma série de ações coordenadas, e acho que foi o estopim para isso", contou Beatriz Matos, esposa de Bruno, em entrevista para o programa Fantástico.

Apesar da exoneração, ele não se afastou das causas indígenas. A partir de 2020, tornou-se consultor da Univaja e voltou a frequentar Atalaia, ajudando na organização de equipes de vigilância indígena. "[Bruno] era um escudo dos povos indígenas, porque fazia o enfrentamento aos invasores. Ele deu a vida para que houvesse a continuidade da proteção do nosso território. A morte dele é um símbolo para que a gente continue a nossa luta", declarou Manoel Chorimpa, amigo de Bruno, em entrevista para o site UOL.

Chorimpa relata ainda que, em seu último encontro com Bruno, o indigenista estava preocupado com as ameaças de morte que vinha sofrendo desde a época em que deflagrou operações com garimpeiros e pescadores que entram na reserva.

O pesquisador Aiala Couto, membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, diz ainda ao site UOL que o ex-coordenador da Funai "era visto como um inimigo em potencial por quem tinha interesse em explorar a área. O governo deveria



Bruno, que há mais de nove anos lutava pela preservação do Vale do Javari, era um alvo comentado em toda a região. Foto: Reprodução do Jornal Nacional

dar garantias para que a Funai pudesse trabalhar com segurança, mas virou as costas para o Bruno, que voltou para a região em uma condição de vulnerabilidade, como convidado da associação".

Beatriz Matos, mulher do indigenista, disse ainda em depoimento à Revista Piauí que ficou "com muita raiva quando disseram que Bruno estava numa 'aventura' quando sofreu a emboscada. Ele não era nada irresponsável, pelo contrário, sempre foi muito cauteloso".

O corpo de Bruno Pereira foi velado em Recife entre cânticos e discursos em defesa dos povos indígenas e do meio ambiente. Um grupo de indígenas da etnia Xukuru viajou cerca de 200 quilômetros para prestar tributo ao indigenista.

"Viemos aqui para homenagear nosso guerreiro, o guerreiro Bruno, que hoje se torna um mártir por todos nós, pela causa indígena", disse Marcos Luidson, líder da comunidade Xukuru de Pernambuco, no funeral, segundo a Reuters.

“Bruno estava fazendo um trabalho muito sério e era reconhecido nacional e internacionalmente; ele realizou uma série de ações coordenadas, e acho que foi o estopim para isso”

Beatriz Matos, esposa de Bruno



O corpo do indigenista foi velado entre cânticos e discursos em defesa dos povos indígenas. Foto: Arnaldo Sete, Marco Zero Conteúdo



O jornalista era apaixonado pelo Brasil e participava de expedições no Vale do Javari.
Foto: Evandro

DOM PHILLIPS, O JORNALISTA APAIXONADO PELA AMAZÔNIA

“Ele poderia viver em qualquer lugar do mundo, mas escolheu viver aqui”, disse a esposa de Dom, Alessandra Sampaio, em apelo para que as autoridades brasileiras, realizassem “ações urgentes” para localizar o marido e o indigenista Bruno. Dom Phillips, 57, morava no Brasil há 15 anos. De acordo com amigos e conhecidos, era um homem cativante, com uma rara modéstia. Tinha um grande senso de humor e se interessava por tudo.

“Ele poderia viver em qualquer lugar do mundo, mas escolheu viver aqui”

Alessandra Sampaio, esposa de Dom

Apesar de já ter conhecido todos os cantos do mundo, Dom era apaixonado pelo Brasil, fez desse país seu lar e sua razão de viver. Suas últimas palavras demonstram paixão. Em sua conta do Facebook, cinco dias antes de seu desaparecimento, Dom escreveu: “Amazônia, sua linda.”

O jornalista cresceu em Bebington, cidade a 8 quilômetros ao sul de Liverpool, na Inglaterra. Era filho de um casal de professores e tinha uma irmã gêmea e um irmão. Durante a juventude, Phillips demonstrava interesse por música

e atividades ao ar livre, chegando até a criar uma série de bandas com seu irmão e amigos.

Estudou no St Anselm's College, em Birkenhead, onde ganhou uma bolsa de estudos. Depois, estudou literatura durante alguns meses na Hull University. Por fim, iniciou os estudos na Middlesex Polytechnic, mas saiu sem diploma para viajar pelo mundo, morando em países como Israel, Grécia, Dinamarca e Austrália.

Começou a carreira jornalística na revista Mixmag, na década de 1990, cobrindo o cenário da música eletrônica. Foi, inclusive, a música que o atraiu ao Brasil, influenciado por colegas da área musical. Em 2009, dois anos após se mudar para o Brasil, publicou o livro “Superstar DJ Here We Go! The Rise and Fall of the Superstar DJ”, uma história de vanguarda da cultura club dos anos 90.

Inicialmente, ele se instalou em São Paulo e, mais tarde, morou no Rio de Janeiro, onde aproveitava as horas livres para andar

de bicicleta e fazer stand-up paddle. Havia se mudado há poucos meses para Salvador, na Bahia, estado de sua esposa, Alessandra Sampaio. O jornalista britânico trabalhou como correspondente desde que chegou ao Brasil, em 2007. Escrevia reportagens para dezenas de jornais do mundo todo, sobretudo, para o *The Guardian*.

Phillips também já escreveu sobre o desmatamento no Brasil, liderando uma investigação sobre fazendas de gado de grande escala estabelecidas em terras de floresta desmatada. A cobertura jornalística que ele fez



Colaborador do *The Guardian*, Dom cobria temas ambientais, incluindo os conflitos fundiários e a situação dos povos indígenas. Foto: João Laet AFP Getty Images

sobre o desmatamento ilegal foi indicada ao Prêmio Gabo e finalista do Prêmio Vladimir Herzog naquele mesmo ano.

Dom Phillips desapareceu, juntamente com Bruno Pereira, enquanto fazia uma expedição para coletar dados para o livro “Como salvar a Amazônia?”. O jornalista havia recebido uma bolsa da Alicia Patterson Foundation, iniciativa que selecionou nove outros profissionais da área que se dedicam ao tema, para a produção do livro.

Dom e Bruno se conheceram em 2018, quando realizaram uma expedição ao Vale do Javari, muito semelhante à iniciada no dia 1º de maio, com o propósito de de localizar indígenas da etnia Korubo.

O jornalista britânico era um grande conhecedor da Amazônia e tinha experiência na cobertura completa deste tema, com destaque para os conflitos fundiários e a situação dos povos indígenas. “Meu irmão foi morto porque tentou contar ao mundo o que estava acontecendo com a floresta tropical”, disse Sian Phillips, irmã do jornalista, durante o funeral que

ocorreu na cidade de Niterói, no Rio de Janeiro. “Sua missão colidiu com os interesses de indivíduos que estão determinados a explorar a Floresta Amazônica.”

No funeral, também houve uma homenagem da esposa de Phillips aos indígenas sobre os quais seu marido estava escrevendo quando foi assassinado.

“Gostaria de expressar minha eterna gratidão aos povos indígenas, que estão conosco como leais guardiões da vida, da justiça e de nossas florestas”, afirmou Alessandra Sampaio durante a cerimônia, segundo a AP News.



Dom conheceu a esposa em uma festa no Rio de Janeiro. Foto: Reprodução do Jornal Nacional



REPERCUSSÃO INTERNACIONAL



Milhares de pessoas realizaram atos pedindo justiça. Foto: André Penner AP



O desaparecimento e a posterior confirmação das mortes de Bruno Pereira e Dom Phillips causaram comoção internacional. Foram publicadas reportagens e editoriais na imprensa de todo o mundo. Segundo declarou ao Jornal Estado de São Paulo, o PhD e especialista em pesquisas de opinião e redes sociais, Felipe Nunes, diretor da Quaest Pesquisa e Consultoria, entre os dias 5 e 15 de junho, foram mais de 18 milhões de menções a Dom e Bruno em plataformas digitais de mais de 100 países.



As mortes de Dom e Bruno causaram repercussão internacional e geraram manifestações. Foto: Antonio Lacerda EFE



A arte com o rosto de Bruno Pereira e Dom Phillips se tornou símbolo da luta por justiça. Foto: Nelson Almeida AFP Getty Images

transparentes e exaustivas”. A repercussão na mídia internacional ganhou ainda mais destaque depois que o pescador Amarildo Oliveira, conhecido como Pelado, confessou os assassinatos. Veículos como *The Guardian*, *The New York Times*, *El Clarín*, *Le Monde Diplomatique*, *El País* e *Financial Times* noticiaram o caso. O jornal *The Guardian*, que tinha Dom como correspondente há anos, dedicou quase metade da capa da versão impressa para falar das mortes. Além de divulgar os fatos e novas

informações relacionados à tragédia na Amazônia, veículos internacionais também repercutiram as falas desastrosas do presidente Jair Bolsonaro e do vice-presidente Hamilton Mourão sobre o caso. Na mais recente e impactante reação internacional, o Parlamento Europeu aprovou no dia 7 de julho, por 362 votos, uma resolução inédita que condena os assassinatos de Bruno e Dom e exige que as autoridades brasileiras adotem medidas emer-

genciais para prevenir violações de direitos humanos na região, proteger o meio ambiente e a vida de líderes indígenas. Segundo o eurodeputado Miguel Urban, “a política de Bolsonaro é nociva aos direitos humanos e está acabando com a Amazônia”, relatou ao jornal *O Globo*. As medidas podem também impor restrições aos acordos comerciais com o Brasil, caso nada seja feito.

“Dom Phillips era consciente em relação ao desastre que marca a atual política ambiental brasileira. Mesmo desligado da Funai, Bruno Pereira prosseguiu sua luta

em defesa dos povos indígenas da Amazônia. Não são vítimas isoladas, mas parte de um amplo e organizado sistema para supressão das bases fundamentais para a existência dos povos indígenas, em todas as suas dimensões, em nome de um desenvolvimentismo predatório e míope”, declara Flávio de Leão Bastos Pereira, coordenador do Núcleo de Direitos Indígenas e Quilombolas da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SP, no *Le Monde Diplomatique Brasil*. No século 21, mais de 650 ambientalistas foram assassinados no Brasil, segundo o relatório “A última linha de defesa”, realizado desde 2002 pela ONG Global Witness. Os dados colocam o país como o local mais perigoso para defensores do meio ambiente.

Em 2020, o Brasil foi o quarto país que mais matou ativistas ambientais. Foram 20 assassinatos, ficando atrás apenas da Colômbia (65 mortes), México (30) e Filipinas (29). A Global Witness afirma que o número de registros nos próximos anos pode ser ainda maior. “Em alguns países, a situação dos defensores é difícil de medir, já que as restrições à liberdade de imprensa, ou onde o monitoramento independente de ataques não está ocorrendo, podem levar a subnotificações”, alerta.

Bruno Pereira e Dom Phillips somam-se às mortes de Chico Mendes, Dorothy Stang, cacique Emyra Wajãpi e Paulo Paulinho Guajajara, e tantos outros desconhecidos indígenas que morreram simplesmente por amar a floresta e defender o Patrimônio Público Natural.

Enquanto o Estado brasileiro não estiver presente de fato na Região Amazônica, o povo brasileiro não será soberano daquela parte do planeta. Infelizmente, a barbárie e o crime são hoje os verdadeiros senhores desta imensa área.

“Em alguns países, a situação dos defensores é difícil de medir, já que as restrições à liberdade de imprensa, ou onde o monitoramento independente de ataques não está ocorrendo, podem levar a subnotificações

Do relatório da Global Witness

O caso também mobilizou protestos em várias cidades do Brasil, da Europa e dos Estados Unidos, todos com o apelo pela resposta à pergunta “Onde estão Bruno Pereira e Dom Phillips?”.

Os principais políticos do Reino Unido, em reunião da Câmara dos Lordes, manifestaram profunda preocupação com o desaparecimento de Dom, além de oferecerem ajuda ao Brasil nas buscas. A porta-voz da ONU Direitos Humanos, Ravina Shamdasani, também se pronunciou, por meio de nota, e exigiu investigações “imparciais,



MELIPONAS

Descubra as abelhas nativas da Mata Atlântica

A Meliponas é uma startup ecológica focada exclusivamente em abelhas nativas do Brasil. Nosso objetivo é a conservação e multiplicação das colméias nativas em seus biomas, e com a parceria dos produtores locais, comercializar seus méis e própolis.

Conheça nossos produtos e acesse o site para saber mais.



MEL DE GUARAIPO

Melipona bicolor

Sabor frutado e delicado



MEL DE JATAÍ

Tetragonisca angustula

Sabor marcante e peculiar



MEL DE MANDAÇAIA

Melipona quadrifasciata

Sabor cítrico e suave



MEL DE TUBUNA

Scaptotrigona bipunctata

Sabor adocicado e intenso

Os méis das abelhas sem ferrão estão entre os mais deliciosos que existem. São raros e de alta qualidade, possuem baixo teor de açúcar e ação antibacteriana. Ao coletar néctar para produzi-lo, nossas abelhas polinizam flores e ajudam a biodiversidade.



PRÓPOLIS DE ABELHAS NATIVAS

Pesquisas científicas comprovam que a própolis de abelhas nativas é anti-inflamatória, antioxidante, anestésica, bactericida e cicatrizante.



COSMÉTICOS COM PRÓPOLIS E MEL

Cuide da sua pele com o melhor que a natureza tem para oferecer! Pomada hidratante e balm labial com certificação Cruelty Free®.

Use o código **ojc2021** em nosso site e ganhe 10% de desconto!

Acesse e saiba mais:

[MELIPONAS.COM.BR](https://www.meliponas.com.br)



OJC.

PROTEGER O MEIO AMBIENTE É A NOSSA NATUREZA.

O OJC é uma entidade colaborativa que trabalha há mais de cinco anos pela legalidade e transparência, fiscalizando ações que comprometam o patrimônio público natural. Com seu apoio, produzimos conteúdos informativos, educacionais e sob medida. Tudo feito gratuitamente para a sociedade e em prol da natureza. Siga-nos em nossas redes. Colabore conosco. Acesse www.benfeitoria.com/OJC para saber mais.

JUNTE-SE A NÓS. ASSOCIE-SE.



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code ao lado e faça a diferença.



justicaeco



@justicaeco



@ojc_pr



justicaeco

OJC
ASSOCIADOS
PROGRAMA DE PARCEIROS E APOIADORES DO OBSERVATÓRIO



TINY TEKE®

INICIATIVAS ÚNICAS E SUSTENTÁVEIS
PARA CONTEXTOS AMBIENTAIS
SENSÍVEIS E ESPECIAIS.



Os projetos implantados pela **TINY TEKE®** respeitam os limites da natureza utilizando soluções técnicas inovadoras. Dessa forma, a sua *tiny house* aproveita os recursos naturais disponíveis com o mínimo impacto ambiental.

 **FALE CONOSCO**

Raphael: (41) 99202 4222
Tom: (41) 99244 8088
Susana: (41) 99882 8049



@nomadehouses



TINY TEKE®

YANOMAMI

De volta ao século XVI

Vista aérea de garimpo ilegal em terras Yanomami. Foto: Rogério Assis - ISA

30 anos após demarcação de seu território, povo Yanomami regressa a situações análogas à época do descobrimento

Garimpo ilegal domina o maior território indígena brasileiro

As violações de direitos humanos, indígenas e territoriais nos vários cantos dos 9,7 mil hectares da Terra Indígena Yanomami (TIY) não tiveram fim passadas três décadas da homologação do território, em 1992. Ao contrário, este é o pior momento vivido pelas comunidades desde então, segundo lideranças indígenas e indigenistas.

Filho de Davi Kopenawa, líder indígena conhecido internacionalmente pelo trabalho de defesa dos territórios indígenas, Dário Kopenawa Yanomami teme por seu território. Ele conta que os Yanomami estão cercados por ameaças diárias pela contaminação de mercúrio nos rios e solo de onde retiram sua água e alimento, pelo avanço do desmatamento e pela violência física e sexual contra seus parentes.

“A atuação dos invasores aumenta cada vez mais em nosso território. As autoridades nacionais e internacionais sabem o que está acontecendo: o aumento do garimpo e das violações do povo Yanomami, estupro das meninas e mulheres Yanomami, toda a sociedade brasileira já conhece isso”, afirma Dário, que também é presidente da Hutukara Associação Yanomami (HAY).

Dário e seu povo participaram ativamente da produção de três relatórios sobre a ausência de proteção estatal no território. Ao todo, oito povos indígenas sofrem ataques na TI continuamente, situação que deu nome a mais recente

publicação, “Yanomami Sob Ataque!”, de abril de 2022. Os relatórios anteriores, “Cicatrices na Floresta” e “Xawara: Rastros da Covid-19 na Terra Indígena Yanomami e a Omissão do Estado”, revelam números, mapas e depoimentos do grave contexto Yanomami.



Dário Kopenawa. Foto: Marcelo Seixas

Segundo dados divulgados pela HAY, o garimpo ilegal cresceu 46% entre 2020 e 2021. O total acumulado de área desmatada dentro da TI neste período já alcançou os 3.272 hectares de clareira. A análise “Yanomami Sob Ataque!” revela que esse é o maior crescimento

de desmatamento ilegal desde a homologação da TI em 1992. A vegetação é destruída para a prática criminosa de extração de minérios como o ouro e a cassiterita dentro do território indígena, atividade esta chancelada pela presidência da república.

Bolsonaro é declaradamente favorável ao garimpo em territórios indígenas. Autor do Projeto de Lei 191/20, o Poder Executivo Federal visa permitir atividade econômica de mineração dentro de Terras Indígenas (TIs). Em abril de 2019, Bolsonaro afirmou que “em Roraima tem R\$ 3 trilhões embaixo da terra. E o índio tem o direito de explorar isso de forma racional, obviamente. O índio não pode continuar sendo pobre em cima de terra rica”. O presidente ignora a cultura e o modo de vida dos povos indígenas que valoriza a floresta viva e em pé em lugar da exploração puramente extrativista de suas terras.

Segundo Dário Kopenawa, Bolsonaro não apoia a proteção do povo Yanomami. “Se o governo apoia a mineração no território Yanomami, isso significa cada vez mais o aumento de vulnerabilidade do nosso território. Os governos estaduais não protegem, o federal não coíbe a entrada dos invasores. Nós estamos lutando para retirar os garimpeiros e pedindo ao governo para cumprir o seu dever, cumpra a legislação brasileira que fala que os territórios indígenas devem ser protegidos”, reitera.



“ *As autoridades nacionais e internacionais sabem o que está acontecendo: o aumento do garimpo e das violações do povo Yanomami, estupro das meninas e mulheres Yanomami* ”

Dário Kopenawa Yanomami, Presidente da HAY



Mais de três décadas de luta pela vida

O jovem líder indígena Dário Kopenawa Yanomami passou quatro meses organizando assembleias e a logística para as comemorações de aniversário da homologação das terras, no dia 25 de maio.

A demarcação da TI foi fundamental para fortalecer os espaços comuns do território, antes subdividido entre cerca de 300 aldeias na área. Em maio deste ano, a data de aniversário de três décadas da homologação foi comemorada mesmo em meio ao caos, uma vez que os trâmites de demarcação de territórios indígenas foram totalmente paralisados no governo Bolsonaro.

Por telefone, Dário Kopenawa Yanomami disse ao OJC que durante as comemorações foi possível resgatar a ancestralidade e história Yanomami, além de pedir proteção. "Fizemos alianças com as lideranças dos territórios Kaiapó, Munduruku e Yanomami, e colocamos na pauta o futuro indígena."

Esteve presente nas comemorações, Sydney Possuelo, que era presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai) no ato da assinatura da homologação. Ao Instituto Socioambiental,

Possuelo afirmou que a situação está tão complexa hoje como estava há 30 anos.

Também participaram das comemorações representantes políticos da comissão de parlamentares que apuram violações em Terras Indígenas, como a primeira deputada federal indígena, Joenia Wapichana (Rede). A deputada conhece a realidade local Yanomami por ser natural da comunidade Truaru de Cabeceira, na região da capital roraimense.

Perguntado sobre a participação política nos espaços legislativos, Dário afirma que a representatividade indígena precisa aumentar para proteção dos povos originários e também dos não-indígenas. "Nossa querida deputada Joenia é sozinha. Muitos [deputados] não apoiam a questão indígena. Os nossos povos precisam conversar de igual pra igual, a gente precisa entrar pela porta do governo que se chama Congresso", conclui.

Pai de Dário Kopenawa Yanomami, Davi Kopenawa é levantado por indígenas nas comemorações na comunidade Xihopi, na TYI, no Amazonas. Foto: Dário Kopenawa Yanomami/Arquivo Pessoal



O antes e o depois da demarcação



Cerca de 600 pessoas entre indígenas e convidados comemoraram os 30 anos de demarcação da TIY e debateram o futuro do território. Foto: Dário Kopenawa Yanomami/Arquivo Pessoal

Profundo conhecedor do território Yanomami, o missionário italiano Carlo Zacquini, que acumula quase 60 anos ao lado das comunidades, também participou da reunião de comemoração. Ele falou ao OJC sobre sua percepção para o futuro dos Yanomami.

Tendo encontrado o primeiro grupo de Yanomami em 1º de maio de 1965, Zacquini caminhou na mata fechada por dias a fio em diversas ocasiões para ajudar comunidades que, ao longo de anos, estiveram doentes pela malária e outras doenças levadas pelas invasões às terras indígenas. Nesta atividade, ele mesmo contraiu a doença dezenas de vezes.

Na década de 1990, sem que a TI tivesse sido ainda homologada, o missionário recorda a luta que travou pela saúde do povo indígena estando na Comissão Pró-Yanomami (CCPY).

O único momento de tímida felicidade da entrevista ocorreu ao contar que a malária foi praticamente erradicada do território Yanomami depois de vários anos de trabalho de



Carlo Zacquini, missionário italiano

organizações roraimenses, como a Urihi, e outras internacionais e o governo. “A área ficou livre da malária; quando havia um surto num lugar, uma equipe ia lá. Nós nem acreditávamos que tínhamos conseguido esse feito”, comenta.

Sobre a situação na TIY nos dias atuais, Zacquini disse lamentar profundamente. “Vejo que hoje tudo é ainda pior. Agora está escancarada a autorização para entrar na TI. Mesmo que as leis proibam, que os juízes determinem, o governo autoriza”, afirma.

“É uma situação de calamidade, de guerra contra os Yanomami. Agora é diferente das primeiras invasões: são empresas, empresários que entram. Não se garimpa mais com bateias. Usam retroescavadeiras, tratores. O desastre é muito rápido e profundo, de difícil recuperação”.

Aos 85 anos de idade e com problemas auditivos consequentes das malárias que contraiu, o italiano acompanha como pode os Yanomami de casa, em Boa Vista, Roraima. “A história mostra um caso de muita eficiência na destruição de um povo. A guerra contra os Yanomami é uma decepção contínua, um pesadelo. Se esse governo não é genocida, eu não sei o que é genocídio”, finaliza.

“ Eu lembro muito bem de ter chegado numa aldeia de helicóptero onde todos os indígenas estavam deitados, anêmicos, não tinham força nem pra ir buscar água no riacho, buscar lenha, muito menos para trabalhar na roça. Estavam sem comida, sem água, estavam morrendo. Quantos morreram? Ninguém sabe porque não havia um censo

Carlo Zacquini, Missionário italiano



Histórico

Os Yanomami constituem uma sociedade de caçadores-agricultores da floresta tropical do norte da Amazônia, cujo contato com a sociedade nacional é relativamente recente. Seu território cobre aproximadamente 190 mil km quadrados, situados em ambos os lados da fronteira Brasil-Venezuela, na região do interflúvio Orinoco-Amazonas. Formam um conjunto cultural composto de, pelo menos, quatro subgrupos adjacentes que falam línguas de uma mesma família.

No Brasil, entre as décadas de 1910 e 1940, alguns grupos Yanomami tiveram seus primeiros contatos com representantes da fronteira extrativista local, com soldados da Comissão de Limites e funcionários do SPI (Serviço de Proteção ao Índio), e viajantes estrangeiros. Entre 1940 e meados dos anos 60, a abertura de alguns postos do SPI e, sobretudo, de várias missões católicas e evangélicas, estabeleceu os primeiros pontos de contato permanente no território indígena.

Esses postos constituíram uma rede de pólos de sedentarização, fonte regular de objetos manufaturados e de alguma assistência sanitária mas, muitas vezes, origem de graves surtos epidêmicos (sarampo, gripe, coqueluche, etc.).

Nas décadas de 70 e 80, projetos de desenvolvimento começaram a submeter os Yanomami a formas de contato maciço com a fronteira econômica regional em expansão, principalmente no oeste de Roraima: estradas, projetos de colonização, fazendas, serrarias, canteiros de obras, bases militares e primeiros garimpos. Esses contatos provocaram um choque epidemiológico de grande magnitude, causando pesadas perdas demográficas e uma degradação sanitária generalizada.

Os anos 70 foram marcados pelo Plano de Integração Nacional (PIN), lançado pelo governo militar da época, com a abertura de um trecho da estrada Perimetral Norte (1973-1976), e de programas de colonização pública (1978-1979) que invadiram o sudeste das terras Yanomami. Nesse mesmo período, o levantamento dos recursos amazônicos pelo projeto RADAMBRASIL (1975) detectou a existência de importantes jazidas minerais na região. A publicidade dada ao potencial mineral do território Yanomami desencadeou um movimento progressivo de invasão garimpeira que acabou se agravando no final dos anos 80, tomando a forma de uma verdadeira "corrida do ouro" a partir de 1987. Cerca de cem pistas

clandestinas de garimpo foram abertas no curso superior dos principais afluentes da margem direita do Rio Branco, entre 1987 e 1990, e o número de garimpeiros na área Yanomami de Roraima foi então estimado entre 30 e 40 mil. Embora a intensidade dessa corrida do ouro tenha diminuído muito no começo dos anos 90, até hoje, núcleos de garimpagem continuam encravados na terra Yanomami, de onde seguem espalhando violência e graves problemas sanitários e sociais.

Além do persistente interesse garimpeiro na região, esse território indígena está quase totalmente coberto por alvarás e requerimentos de prospecção mineral registrados no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) por empresas de mineração públicas e privadas, nacionais e multinacionais.

Por outro lado, os projetos de colonização implementados nas décadas de 70 e 80 no leste e sudeste das terras Yanomami criaram uma frente de povoamento que tende a se expandir para dentro da área Yanomami devido ao fluxo migratório direcionado para Roraima - tendência que poderá se ampliar no futuro em consequência do apagamento dos limites da demarcação pelo mega incêndio de 1998.

“*Tenham urgência! Já que vocês têm muita força, vejam que nós Yanomami estamos mesmo sofrendo! Tudo isso está muito evidente! Por isso peço urgência que façam uma barreira nesse rio, quero que fechem rapidamente o acesso aos garimpeiros! Por que a entrada deles é permitida?*”

Disse um líder da Terra Indígena (TI) Yanomami em junho de 2021. Registro feito pelo relatório "Yanomami Sob Ataque!"

Como ajudar? A maneira mais prática de auxiliar povos indígenas como os Yanomami é através de doações e campanhas normalmente organizadas por entidades como a Apib (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), Condisi (Conselhos Distritais de Saúde Indígena) e Coiab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira).

Para saber mais sobre as causas e lutas indígenas acesse: "Copiô, parente!", no Spotify e no Soundcloud. Podcast semanal sobre as questões indígenas e sobre como Brasília trata as questões dos povos tradicionais da floresta.



11ª VARA FEDERAL DE CURITIBA SUSPENDE USO DE RECURSOS DA PETROBRAS PELO GOVERNO DO PARANÁ

Decisão liminar exige audiência pública para discutir destino dos quase R\$ 1 bi para danos ambientais no estado

O juiz federal Flávio Antônio da Cruz decidiu pela suspensão total do uso do recurso da Petrobras destinado ao Fundo Estadual de Meio Ambiente (Fema) do Paraná, no valor de 930 milhões de reais. Os valores são parte da indenização paga pela estatal pelo derramamento de 4 milhões de litros de óleo cru na bacia do Alto Iguaçu, região de Araucária, em julho de 2000.

Do total do recurso, quase 130 milhões de reais já haviam sido depositados ao Fema. Em ano eleitoral, o Instituto Água e Terra (IAT) aprovou 441 milhões de reais em projetos para uso do recurso. Pelo Termo de Acordo Judicial (TAJ), assinado entre Ministério Público do Paraná e a Petrobras, todos os projetos devem passar pelo Conselho de Recuperação de Bens Ambientais Lesados (CRBAL). O juiz suspendeu o uso dos valores já depositados, além de parcelas restantes ainda não repassadas ao Fema.

Pela decisão, a 11ª Vara Federal de Curitiba exige realização de audiência pública para que os temas sobre o TAJ, assinado entre Ministério Público e Petrobras, sejam debatidos. A decisão liminar é sobre o pedido de cumprimento de

sentença do MPPR, protocolado em 13 de janeiro deste ano. Segundo manifestações do MP, havia “destinações das verbas com desvio de finalidade” por parte do CRBAL, que não a ambiental.

O Ministério Público ainda questionou, em mais de uma manifestação à Justiça Federal, o fato de o CRBAL aprovar apenas projetos do governo Ratinho Jr. (PSD) com mais da metade dos valores do recurso, e reservar uma pequena parte para projetos da sociedade civil, organizações e universidades do estado. “É arbitrária a definição de que apenas 12% da verba seria acessada com projetos submetidos a um edital de chamamento público”, escreveram os promotores de Justiça Alexandre Gaio e Sérgio Luiz Cordoni.

No entanto, o juiz Flávio da Cruz atendeu parcialmente aos pedidos do MP, ao negar que os valores já pagos ao Estado do Paraná sejam depositados em juízo, alegando que haveria prejuízo no rendimento monetário dos valores.

Em caso de descumprimento da decisão liminar, o Estado do Paraná e o IAT estão sujeitos à multa de 10% do valor de 128 milhões de reais.

O juiz suspendeu o uso dos valores já depositados, além de parcelas restantes ainda não repassadas ao Fema



Governo ignora o Alto Iguaçu

Entre os 14 projetos do governo Ratinho Jr. já aprovados para o item 4.2.4 do acordo, que destina recursos exclusivos para ações de compensação ambiental na Bacia Hidrográfica do Alto Iguaçu, estão a compra de trituradores de galhos, caminhões de lixo e abertura de estradas rurais.

“Tratam-se de propostas vinculadas somente ao financiamento de equipamentos para implementação de políticas públicas setoriais, em ações que já deveriam estar sendo atendidas pelo poder público”. A afirmação é do documento produzido por nove organizações ambientais para compor o processo que corre na 11ª Vara Federal de Curitiba e que pode revogar a aprovação dos projetos. A decisão judicial ainda não saiu.

Fazem parte do grupo de organizações a Associação de Protetores de Áreas Verdes do Paraná (Apave), Associação MarBrasil, o Grupo de Estudos Espeleológicos do Paraná - Açungui (GEEP-Açungui), Grupo Universitário de Pesquisas Espeleológicas (Gupe), Instituto de Estudos Ambientais Mater Natura, Observatório de Justiça e Conservação (OJC), Rede de Ongs da Mata Atlântica (RMA), Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação (Rede Pró-UC) e o Instituto de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS).

Segundo o advogado e especialista em direito ambiental Fabiano Neves Macieyewski, a não aderência dos projetos à questão direta de compensação ambiental pode ferir o Princípio da Reparação Integral do Dano Ambiental. “Corre o risco desse princípio ser afrontado diametralmente se os projetos não atenderem aos conceitos de recursos ambientais com a compensação e a reparação do meio ambiente propriamente dito, especialmente o sistema ambiental vítima do acidente, no caso, a Bacia do Rio Iguaçu, sua flora e fauna, devendo ser essa a linha mestra dos projetos ambientais”, explica Macieyewski.

O projeto Rio Vivo - Gestão de Mananciais, proposto pelo Instituto Água e Terra (IAT), é o que mais se aproxima de um plano de

conservação das águas, já que descreve a necessidade de proteção de nascentes na bacia hidrográfica. Na descrição, o governo prevê a “restauração e proteção de 50 nascentes, a recuperação e isolamento de Áreas de Preservação Permanente [APPs] e a recuperação e manejo da área de entorno”.

No entanto, o projeto não lista quais nascentes devem ser contempladas por essas ações, tampouco calcula a fatia do recurso necessária para viabilizá-las. Mesmo sem essas informações, o Projeto Rio Vivo - Gestão de Mananciais foi aprovado pelo CRBAL em 15 de dezembro de 2021.

Na reunião de aprovação, a conselheira e procuradora-geral do Estado, Letícia Ferreira da Silva, fez menção ao fato de não haver valores e outras definições no projeto. Silva pediu para registrar em ata que “as últimas fichas que vieram já não têm os valores especificados, que se está aprovando a aderência aos programas e projetos e que aguarda o Plano de Aplicação para aprovar os valores”.

Em nota, a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (Sedest), autora do projeto, respondeu que “apenas a sua Ficha Técnica foi aprovada pelo CRBAL, o que significa que há aderência da proposta ao acordo judicial” e que “o Plano de Aplicação do referido projeto, no qual devem constar dados como valores e áreas atendidas, ainda não foi apreciado pelo conselho”.

O governo informou que fará uma vistoria no local de propriedades privadas para levantamento e diagnóstico das nascentes. De acordo com as organizações, esta é uma tarefa inviável, já que o Paraná, segundo o último Censo Agropecuário de 2017, possui ao menos 305 mil imóveis rurais. “A proposta sequer apresenta mapeamento demonstrando quais delas possuem nascentes em seu interior. O método de escolha dessas 50 nascentes apresentado é insuficiente, em função do amplo território”, afirma o documento. Para o corpo jurídico das organizações ambientais, o projeto é ineficiente.

Restauração e Recuperação são única saída

BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO IGUAÇU



REVISTA BACIAS HIDROGRÁFICAS DO PARANÁ - 2ª EDIÇÃO - CURITIBA, 2013 - SEMA - PARANÁ

Por esse motivo, Kaminski acredita que há prioridades mais urgentes para uso do recurso da Petrobras do que a compra de trituradores de galhos e abertura de estradas rurais.

“A restauração da vegetação é uma ação bem onerosa, por isso, esse recurso tem que ser usado de maneira assertiva, para ações bem direcionadas. Recuperar mata ciliar dos rios afetados é fundamental”, conclui.

Segundo dados recentes do Consórcio MapBiomass, de agosto de 2021, o Brasil já perdeu, nos últimos 30 anos, 3,1 milhões de hectares da sua superfície original de água. Isso equivale, conforme o estudo, a quatro vezes a área do estado do Rio de Janeiro. O Paraná está entre os 10 estados que mais perderam a superfície de água no período, com diminuição de 5% na região hidrográfica do Paraná.

Para especialistas da área de recuperação ambiental, restaurar ou recuperar uma área degradada como a da bacia do Alto Iguaçu exige um amplo programa técnico, que leve em conta o contexto topográfico e hidrográfico do rio e seus afluentes.

“Não dá pra cuidar só da faixa do rio, ou proteger apenas as nascentes dentro das propriedades. É preciso fazer uma ação conjunta”, aponta o presidente da Associação Mata Ciliar, Jorge Bellix de Campos.

“Cada situação de rio ou trecho tem que ser olhada individualmente, levando-se em conta a permeabilidade do solo, as trocas genéticas de biodiversidade da fauna e flora do local, e vários outros fatores”, alerta Campos. “Para uma melhor aplicação do recurso, é preciso fazer um diagnóstico profundo da área.” O que não foi feito nas cinco páginas do projeto aprovado pelo governo.

“*Estamos falando dos eventos climáticos extremos, de grandes chuvas. Ter as várzeas bem conservadas é imprescindível para evitar e minimizar impactos como desastres de alagamentos e enchentes, entre outros*”

Nicholas Kaminski, biólogo

O assoreamento e a poluição não são exclusividades dos Rios Iguaçu e Barigui. Devido ao uso intenso do solo em todo o Paraná, praticamente todas as bacias hidrográficas sofrem de alterações dos cursos d'água.

“Ao longo dos anos, saímos de uma matriz de florestas para uma de agricultura e pastagens. O uso do solo foi muito intenso no Paraná”.

As margens dos cursos d'água deveriam ser protegidas, já que são consideradas áreas de proteção permanente. Essa proteção existe há 10 anos, a partir da Lei Federal 12.651/2012. A lei determina que é compromisso do país manter a vegetação nativa nessas regiões “para o bem estar das gerações presentes e futuras”.

O biólogo e coordenador de programas na SPVS Brasil, Nicholas Kaminski, explica que o Rio Iguaçu é cercado por áreas de várzea onde naturalmente ocorrem as cheias do rio em períodos de chuvas. Neste começo de ano, Curitiba já sofreu com precipitações volumosas. “Estamos falando dos eventos climáticos extremos, de grandes chuvas. Ter as várzeas bem conservadas é imprescindível para evitar e minimizar impactos como desastres de alagamentos, enchentes, entre outros”, afirma Kaminski.

Principal afetado por óleo da Petrobras, Rio Iguaçu não entra na lista de projetos para compensação de danos

Sentado na barreira de contenção das águas, o morador da Vila São Judas tenta sintonizar o aparelho de rádio que tem no colo. As águas do Rio Iguaçu, passam atrás de suas costas. “É poluído”, constata Amado Bernardes de Lima. Mesmo que não tivesse dito nada, ainda assim daria para confirmar a afirmação pelo odor forte de esgoto. “Quando chove muito, essa água sobe até os palanques de concreto”, conta.

Todo mundo sabe onde as águas do Iguaçu desaguam. Vem turista do Japão para ver o espetáculo na fronteira do Brasil com a Argentina. Mas poucos citam o local onde as mesmas águas das Cataratas do Iguaçu nascem. A nascente do Rio Iguaçu é tomada por lixo e detritos de construção civil e fica na divisa dos municípios de Curitiba e São José dos Pinhais. Tributário dos Rios Atuba e Iraí, o marco zero fica embaixo da ponte onde passa a BR-277, entre os quilômetros 76 e 78.

No domingo de sol em que conheci a nascente do Iguaçu, só alguns minutos foram suficientes para ver vários trabalhadores indo pescar no dia de folga. É o caso do Jorge Bune dos Santos, pedreiro que aproveita as horas vagas à montante do rio. “Lá para cima tem lambari, acará, tilápia”, lista Santos.

Carregando a mochila e a varinha, ele explica as mudanças do rio pelas estações do ano. “No verão, chove mais e a água leva a poluição. Mas no inverno essa água fica preta, parece um esgoto a céu aberto”. Perguntei se neste ponto, onde nasce o Iguaçu, dá pra pescar. Fez que não com a cabeça.

O lixo da nascente de um dos mais importantes rios paranaenses não é só doméstico. Ao lado da carcaça de aparelhos de TV, sacolas plásticas e roupas, também há manilhas dentro do curso d’água, sem conexão com qualquer sistema de escoamento. O rio, assoado, deixa ilhas de pedras e areia à mostra. Ali mesmo, a poucos metros, fica uma estação de captação de água da Sanepar.

Retificado, o rio no perímetro da capital é marcado pelas sobras de atividades de mineração nas duas margens. Os antigos areais explorados deixaram cavas onde nenhuma vegetação cresce, tamanha a alteração ambiental.

Seguindo o curso do rio, há ocupação humana. A estrutura das casas denuncia a condição de vulnerabilidade social das famílias que, por falta de condições sociais e financeiras, só têm as margens do Iguaçu para viver.

Proposta do governo Ratinho Jr. é aprovada sem orçamento e metodologia definidos



Exploração de areia às margens do Iguaçu alteram a dinâmica fluvial, enchendo de água buracos deixados pelas mineradoras. Foto: José Álvaro da Silva Carneiro - Livro “Nascentes, Corredeiras e Cachoeiras do Alto Iguaçu”, 2016.

Esta realidade é familiar para José Álvaro Carneiro já há alguns anos. O ex-superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, o Ibama, desceu o rio em pequenas embarcações mais de uma vez. Também já o observou do alto, sobrevoando a região. Autor do livro “Nascentes, Corredeiras e Cachoeiras do Alto Iguaçu”, Carneiro critica o fato do Iguaçu ser lembrado apenas no Centro Cívico da capital paranaense.

“O Iguaçu é muito importante para o estado, ele dá nome à sede do governo. Mas aqui, onde ele nasce e existe, é tratado com total descaso. Será que a gente poderia fazer algo por esta área onde nasce o Iguaçu?”

Eu acho que deveríamos fazer muito”, contesta.

Em julho de 2000, os Rios Iguaçu e Barigui foram atingidos pelo derramamento de 4 milhões de litros de óleo cru que vazaram do oleoduto da Repar, a Refinaria Presidente Getúlio Vargas da Petrobras. Por causa do desastre, um acordo foi firmado entre a estatal e o Ministério Público do Estado do Paraná, 21 anos depois, para o pagamento de quase 1 bilhão de reais ao Fundo Estadual de Meio Ambiente (Fema).

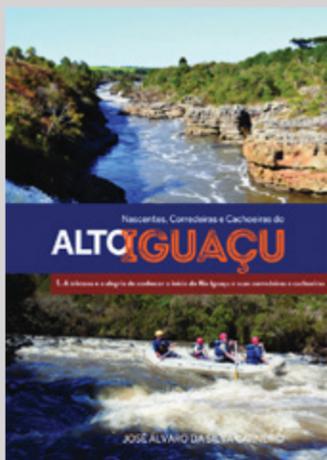
Carneiro imagina possíveis melhorias para o local. “Poderia ser feito um parque e uma ciclovia neste trecho do rio. Dar um lugar de lazer para as famílias que vivem aqui, assim todo mundo valorizaria mais o espaço”, sugere. O ambientalista também acredita que a mudança de relação das pessoas com os rios começa pela educação



Ocupação às margens do Rio Iguaçu, em Curitiba. Foto: Bruna Bronoski/OJC

ambiental. “Temos um problema cultural com nossas águas e a única solução para isso é a educação. As instalações do antigo Memorial da Imigração Japonesa, por exemplo, poderiam ser um observatório, um lugar para desenvolvermos projetos de recuperação de todos os rios.”

Segundo o Termo de Acordo Judicial (TAJ), ao menos 5% do total da verba devem compensar ambientalmente o dano causado dentro da bacia. Isso corresponde a 46 milhões de reais. Do valor total da indenização, de quase 1 bilhão de reais, o governo do Paraná já aprovou 441 milhões para diversos projetos, suspensos pela 11ª Vara Federal de Curitiba na última sexta-feira (18). No entanto, os dois rios mais afetados pelo desastre não aparecem em nenhuma das propostas de compensação de danos do governo Ratinho Jr. (PSD).



Livro lançado em 2016 contextualiza os vários cenários do Iguaçu, da nascente até a divisa do Alto para o Médio Iguaçu, em Porto Amazonas (foto: divulgação)





O rio poluído da “Curitiba ecológica”



José Carlos Soares, 70, planta mudas no trecho do rio Barigui que passa em frente a sua casa, no bairro da Caximba (foto: Ariane Pigosso/OJC)

Quando o óleo cru da Repar corria pelas águas do Barigui, seu José Alceu Malamin já morava às margens do rio há dois anos. “Começou a aparecer o preto do óleo no capim, nos barrancos, foi aumentando. E daqui, o óleo foi para o Iguaçu.”

A referência do seu Malamin é o Rio Barigui, que fica a duas quadras da sua casa. Ele viu o prejuízo ambiental bem de perto. “Na época, eu ia pescar, mas parei porque achava peixe morrendo. As asas dos passarinhos e marrequinhos grudavam e eles não podiam voar”, relembra o morador da ocupação urbana do Caximba, ao sul de Curitiba. Neste trecho, o rio que corta a capital paranaense também está poluído, conta.

Há cerca de dois anos, uma máquina alargou mais o Barigui neste trecho, já retilíneo. O rio corta três vilas do bairro Caximba: Abraão, Milinho e 29 de Outubro. As mais de 12 mil pessoas que vivem no bairro, segundo a Associação de Moradores do Caximba, estão vulneráveis a problemas de saúde por causa das condições do rio.

“A gente fala para os moradores não entrarem na água, não deixarem as crianças entrarem nele”, diz Jorge Nunes, presidente da associação.

Nas duas margens, o Barigui não possui mata ciliar. Numa tentativa individual de diminuir o assoreamento do rio, seu José Carlos Soares, de 70 anos, planta árvores no barranco. “Tem limoeiro, pitangueira, abacateiro. Eu cuido, queria mesmo é que o governo investisse aqui para tratar o esgoto das casas antes de jogar no rio.” Há anos, a prefeitura de Curitiba elaborou um projeto para a retirada das famílias do local, mas ainda não saiu do papel.



Rio Barigui, na Baía Hidrográfica do Alto Iguaçu, 22 anos após o derramamento de óleo (foto: Ariane Pigosso/OJC)

Audiência de Conciliação sobre o recurso da Petrobras termina sem acordo



Ao menos 12 organizações criticaram as propostas apresentadas pelo governo do Paraná, como compra de caminhões e melhoria de estradas rurais, presencialmente, em audiência de conciliação no dia 24 de março

O encontro entre vários representantes da sociedade civil e do governo do Estado foi marcado pelo juiz Flávio Antônio da Cruz, no auditório da 11ª vara Federal de Curitiba, depois da suspensão do uso da indenização da Petrobras destinado ao Fundo Estadual de Meio Ambiente (FEMA).

A expectativa do juiz era sair da audiência, que durou quatro horas, com um acordo para destinação dos recursos no valor de 930 milhões de reais. No entanto, os representantes legais do governo Ratinho Jr. (PSD) afirmaram que não há negociação quanto aos projetos já aprovados pelo Conselho de Recuperação de Bens Ambientais Lesados (CRBAL), composto majoritariamente por membros nomeados pelo próprio governo.

Estiveram presentes representantes da Petrobras, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), da Procuradoria Geral do Município de Araucária, da Comissão de

Meio Ambiente da Assembleia Legislativa e da Universidade Federal do Paraná. Em peso, participaram também organizações não governamentais como o Observatório de Justiça e Conservação (OJC), a Rede Pró-Unidades de Conservação, a SPVS Brasil, a Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária (AMAR), o Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental (Cedeia), entre outras. As entidades pontuaram falhas e falta de aderência dos projetos do governo para o acordo judicial firmado entre Ministério Público e Petrobras.



“ *O Rio Iguaçu é um completo desconhecido dos senhores que representam o Estado do Paraná porque não tem uma linha [nos projetos] a respeito da qualidade da água do Iguaçu* ”

José Álvaro Carneiro, ex-superintendente do Ibama



O ex-superintendente do Instituto Brasileiro do Ibama, José Álvaro Carneiro, foi um dos primeiros a manifestar. “O Rio Iguaçu é um completo desconhecido dos senhores que representam o Estado do Paraná porque não tem uma linha [nos projetos] a respeito da qualidade da água do Iguaçu. O foco do governo do Estado é apenas a captação, purificação e distribuição da água até a torneira, ou seja, água é preço e faturamento, mas não se percebe ‘valor’ na sua produção”, iniciou Carneiro.

O CRBAL já tem 441 milhões de reais comprometidos em projetos de autoria exclusiva do governo do estado, sem terem passado por edital de chamamento público e sem mencionar ações para a Bacia Hidrográfica do Alto Iguaçu, local do desastre ambiental de derramamento de óleo em 2000.

Ainda sobre o rio, o procurador-geral do município de Araucária, Simon Quadros, parabenizou a suspensão judicial do uso do recurso da Petrobras para projetos que nada contemplam a bacia hidrográfica afetada. “O Rio Iguaçu morre em Araucária. É o rio urbano mais poluído do país, depois do Rio Tietê, quando recebe o Rio Barigui. Mas, 30 quilômetros antes, tem uma estação de tratamento e captação de água da Sanepar. Parece

que no momento da execução do acordo se esquece o motivo da indenização, que foi o desastre ambiental nesse rio”, critica Quadros.

Da Rede Pró-UC, Angela Kuczach expôs aos procuradores do Estado que a questão da crise hídrica não se resolve com caminhão pipa e com poço artesiano. “O Paraná peca na proteção das suas florestas. O Estado tido nas propagandas do governo como um dos mais sustentáveis, na verdade é o segundo que mais desmata a Mata Atlântica no Brasil”, cita Kuczach, referindo-se aos dados públicos divulgados pelo MapBiomas.

O atual conselho que aprova os projetos (CRBAL) tem apenas duas cadeiras destinadas à sociedade civil, sendo estas ocupadas por organizações cuja finalidade não é a temática ambiental. Para esses lugares, foram nomeados pelo governo representantes do Movimento Pró-Paraná e do Instituto de Engenharia do Paraná. O diretor-executivo do OJC, Giem Guimarães, afirmou que “o conselho representa interesses apenas do governo em período de eleições, mas os supostos projetos não atendem às necessidades ambientais e sociais do Paraná”.

Representantes do Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental (Cedeia) sugeriram a criação de um grupo de trabalho para a avaliação de projetos, que hoje são apenas aprovados

com a anuência do conselho. Do Cedeia, Arthur Conceição propôs um aditivo ao acordo judicial. “Sugiro que o GT seja formado por entidades cadastradas ao Cema [Conselho Estadual de Meio Ambiente] e também por universidades. Todas essas entidades têm profissionais técnicos capazes de assessorar o melhor encaminhamento dos projetos”.

A pesquisadora do departamento de Solos da Universidade Federal do Paraná, Eloana Bonfleur, colocou o corpo técnico da instituição à disposição. “Como universidade, entendemos a aderência da instituição ao acordo, porém, até o momento não encontramos espaço para contribuir”, afirmou.

Com 40 anos de experiência em conservação da natureza, o diretor-executivo da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), Clóvis Borges, lembrou que nenhum projeto inclui investimento em órgãos estratégicos de conservação. “Por ter em suas mãos grande parte dos hectares das áreas de proteção integral, o ICMBio tem que sentar conosco e com o governo do Estado para discutir as prioridades. Precisamos fortalecer a fiscalização: o Batalhão de Polícia Ambiental vem sendo reprimido em suas ações nas últimas gestões por questões políticas.”

“ *Os projetos precisam ter início, meio e fim. Os atuais, apresentados pelo governo do Paraná, não têm fundamentação adequada... Fica tudo para depois, como um cheque em branco* ”

Alexandre Gaio, promotor de Justiça do Paraná

Poder Judiciário

O Ministério Público reiterou a necessidade de parâmetros mínimos para submissão de projetos, como a elaboração de um termo de referência a ser seguido, o que não foi feito até agora.

“Os projetos precisam ter início, meio e fim. Os atuais, apresentados pelo governo do Paraná, não têm fundamentação adequada ou um levantamento do problema e da causa ou cronograma de execução dos municípios. Fica tudo para depois, como um cheque em branco”, pontuou o promotor de Justiça, Alexandre Gaio.

Convencido de que as partes não entraram sozinhas num acordo, o juiz Flávio da Cruz citou os próximos passos. “O processo vai ter tramitação normal, continuação das partes. Vou deliberar sobre essa liminar, se mantenho ou não os fundamentos que estão lá [de suspensão do uso do recurso].”

A 11ª Vara Federal deve julgar o processo. Nas palavras do juiz, esta decisão envolve uma espécie de “escolha de Sofia” porque “são recursos vultosos e interesses de magnitude ímpar e que dizem respeito à população”, concluiu.

CONHEÇA A COLEÇÃO BICHINHOS DA MATA ATLÂNTICA, CONFECCIONADA ARTESANALMENTE PARA VOCÊ COM MUITO AMOR E CARINHO

faunadobrasil.com.br



Papagaio-verdadeiro: comércio ilegal faz com que aves percam o habitat natural

São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba são algumas das capitais brasileiras que apresentam aumento na população de papagaios-verdadeiros (*Amazona aestiva*). Não é raro avistar grandes bandos voando pelo céu e se alimentando nas árvores urbanas. Mas a espécie não faz parte da fauna nativa dessas cidades e, diferentemente do que algumas pessoas imaginam, a população não está se expandindo de forma natural. O maior responsável pela chegada desses animais aos centros urbanos brasileiros, onde antes não existiam, é o tráfico de filhotes da espécie, seguido da perda das áreas naturais.

Todos os anos, milhares de filhotes de papagaios-verdadeiros são alvos de crime ambiental ao serem retirados de seus ninhos, quando ainda são dependentes dos pais. Eles são transportados de forma irregular do interior do país para os grandes centros urbanos, nos mercados de venda ilegal de aves silvestres.

Muitas aves são frutos de encomendas de pessoas que, com o tempo, deixam o papagaio escapar ou soltam de forma inadequada. As causas são muitas: receio de penalidades, conscientização da contribuição ao tráfico de animais silvestres ou até a morte do responsável, seguida da total falta de interesse ou habilidade dos familiares para manter o papagaio, que pode viver até 60 anos!

Lugar de bicho silvestre é na natureza e por isso os cuidados devem ser redobrados. O papagaio-verdadeiro é vítima da sua própria simpatia e o preferido pelas pessoas, entre as doze espécies de papagaios que ocorrem no Brasil, para ocupar as residências como animal de estimação. Sua grande habilidade de imitar sons, incluindo a fala humana, o torna um alvo constante das capturas ilegais na natureza.

Em Mato Grosso do Sul, por exemplo, foram apreendidos 11.500 filhotes nos últimos 30 anos. Somente em 2021, cerca de 1.000 papagaios-verdadeiros foram extraídos de seu ambiente natural em todo o Brasil. Contudo, estima-se que o número de



Papagaios-verdadeiros flagrados em bairro de Curitiba, fora do habitat natural. Foto: Raphael Sobania

aves traficadas seja muitas vezes maior do que aquele registrado pela fiscalização ambiental. Esse é um dos motivos que levaram o Ministério do Meio Ambiente a classificar essa espécie, em 2014, como “Quase ameaçada” e, em 2017, o mesmo ocorreu na avaliação internacional, coordenada pela União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN). Essa luz amarela indica a necessidade urgente de mudar esse cenário de ameaças.

Os papagaios vítimas do tráfico sofrem as mais variadas crueldades, submetidos a péssimas condições sanitárias e grande estresse. Nas apreensões, são comuns as cenas de maus-tratos em que os papagaios são encontrados em lugares sujos, com alta concentração de animais, temperatura elevada e alimentação inadequada. Muitos filhotes morrem ao longo de todo o processo, até que algum chegue vivo às mãos dos compradores finais.

Tráfico pode gerar extinção da espécie

A extração de animais silvestres de seu ambiente natural é a terceira atividade ilícita mais lucrativa do Brasil, ficando atrás do tráfico de drogas e de armas, apenas. Esse comércio é capaz de gerar de US\$ 10 a 20 bilhões por ano, sendo o Brasil responsável por cerca de 5% a 15% deste valor, de acordo com a Rede Nacional de Animais Silvestres (Renças).

Por outro lado, a legislação brasileira que combate os danos à fauna silvestre ainda está longe de resolver essa questão ambiental. O crime é considerado de menor potencial ofensivo. Após as interceptações, os infratores podem pagar uma fiança e responder o processo em liberdade. O caminho seguinte está nas mãos da Promotoria de Justiça e do juiz do município onde ocorreu a apreensão dos animais que, na grande maioria, estão abarrotadas de processos e nem sempre possuem profissionais preparados para casos como esses, de crimes ambientais contra a fauna nativa.

Segundo a Polícia Militar Ambiental (PMA) de Mato Grosso do Sul, a multa administrativa para tráfico de animais é de R\$ 5 mil para cada papagaio, uma vez que os *psitacídeos* constam no apêndice da Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (Cites), da qual o Brasil é signatário. No caso de maus-tratos, a multa mínima é de R\$ 500. Mas, na maioria das vezes, os processos finalizam com penas brandas como pagamentos de cestas básicas ou prestação de serviços comunitários.



Apreensão em 2012 de 336 filhotes de papagaios-verdadeiros em Ourinhos - SP. Foto: Polícia Rodoviária Federal

“O comércio ilegal de filhotes de papagaios-verdadeiros foi um dos precursores da mudança de classificação da espécie. Não dá para as populações de papagaios-verdadeiros aguentarem todos os anos essa enorme quantidade de filhotes retirados dos ninhos naturais, que também são destruídos. As populações naturais estão envelhecendo e isso vai causar a extinção da espécie, se nada for feito. A consequente ‘migração forçada’ de ambiente natural para os centros urbanos indica que os problemas são muitos e precisamos fazer algo para mudar esse cenário”, afirma Gláucia Seixas, doutora em Ecologia e Conservação da Natureza, idealizadora e coordenadora do Projeto Papagaio-verdadeiro.



Para pegar os filhotes, muitas vezes os traficantes destroem ninhos naturais que poderiam ser usados diversas vezes pelo mesmo casal. Foto: Gláucia Seixas/Projeto Papagaio-verdadeiro.

“Foi nesse monitoramento que percebi que os ninhos estavam sendo destruídos pelos traficantes e algo precisava ser feito. Desde então, junto com minha equipe, comecei a confeccionar e instalar ninhos artificiais, para ajudar na reprodução dos papagaios-verdadeiros dessa região”

Gláucia Seixas, doutora em Ecologia e Conservação da Natureza

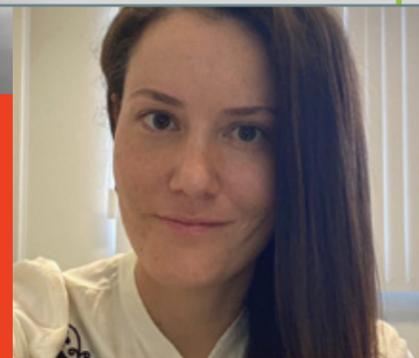


As populações de papagaios-verdadeiros sofrem uma grande pressão em suas áreas de distribuição natural. Parte dessa pressão é fruto da destruição de árvores e ninhos que serviam para reprodução. Ao retirar os filhotes, os traficantes causam duas perdas irreparáveis: o filhote e o ninho, que muitas vezes fica sem condições de receber novas reproduções nos próximos anos ou até mesmo é derrubado.

Com o objetivo de gerar informações científicas para dar base às ações de conservação do papagaio-verdadeiro e combater o tráfico da espécie, Gláucia Seixas deu início ao Projeto Papagaio-verdadeiro, em 1997. Ao longo dos anos, a conservacionista vem trabalhando intensamente

para conhecer a ecologia da espécie e identificar o impacto do tráfico sobre as populações naturais em diferentes biomas de Mato Grosso Sul, incluindo o Pantanal, Cerrado e Mata Atlântica.

Com o objetivo de gerar informações científicas para dar base às ações de conservação do papagaio-verdadeiro e combater o tráfico da espécie, Gláucia Seixas deu início ao Projeto Papagaio-verdadeiro, em 1997. Ao longo dos anos, a conservacionista vem trabalhando intensamente para conhecer a ecologia da espécie e identificar o impacto do tráfico sobre as populações naturais em diferentes biomas de Mato Grosso Sul, incluindo o Pantanal, Cerrado e Mata Atlântica.



ESQUIZOFRENIA MORAL E AS TRÊS VELOCIDADES DO DIREITO ANIMAL

Na prática, o que se vê é um ordenamento jurídico de base especista. Cães e gatos diametralmente opostos a bois, porcos e aves. Os primeiros com forte proteção legal e os outros com toda forma de crueldade na criação industrial

MONIQUE É PROMOTORA DE JUSTIÇA (MG), MESTRE EM CIÊNCIAS JURÍDICO-AMBIENTAIS PELA UNIVERSIDADE DE LISBOA, PROFESSORA E AUTORA DO LIVRO DANO ANIMAL (2020).

O artigo foi escrito a pedido do OJC.

Temos assistido a uma constante evolução do Direito Animal nos últimos anos, com destaque para iniciativas das legislações estadual e municipal, e manifestações, a exemplo da recente decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que, de forma inédita, reconheceu a capacidade de ser parte dos animais¹.

Como regra, essa evolução é marcada por uma escancarada preferência protetiva aos animais domésticos de companhia, a exemplo da Lei Sansão, que alterou a Lei 9.605/98 – Lei dos Crimes Ambientais, para incluir uma figura qualificada ao crime de maus-tratos a animais, aumentando a pena de detenção de três meses a um ano, para até cinco anos de prisão, quando a vítima do crime for cão ou gato.

Essa tendência não se alinha com o fundamento maior do Direito Animal, que é a senciência. Se o reconhecimento da dignidade animal se ancora no pressuposto de que os animais são seres sencientes, a princípio, todas as espécies que contam com a capacidade de senciência² deveriam merecer igual respeito e consideração. Essa lógica de igualdade se extrai também da base constitucional do



Pitbull Sansão teve as patas amputadas e inspirou lei mais rigorosa contra maus-tratos. Foto: Hospital Veterinário Arnaldo

ordenamento animalista, uma vez que, ao vedar a crueldade contra os animais, a Constituição Federal (artigo 225, §1º, VII), reconheceu o interesse dos seres sencientes – de todos eles - contra o sofrimento.

A razão desta preferência protetiva a cães e gatos é óbvia: a intensificação dos laços de

afeto provocada pela proximidade da convivência doméstica, o que provocou uma forte sensibilização pública para a proteção dessas espécies - e tão somente delas -, contra atos de violência e maus-tratos. Daí surgiu o conceito moderno de especismo afetivo, enquanto crítica à hipocrisia por trás reconhecimento jurídico da dignidade animal centrado apenas nos animais domésticos, revelando que o escopo de proteção decorre muito mais de sentimentos humanos do que de uma genuína evolução civilizacional. O ordenamento animalista nada mais reflete do que a esquizofrenia moral predominante na sociedade contemporânea, que trata cães e gatos domésticos como membros da família, dispensando atenção e consideração semelhantes àquelas dispensadas aos filhos menores, enquanto demonstra ignorância e complacência com as inúmeras práticas cruéis da indústria de produção animal, revelando completa despreocupação com o tratamento dispensado a muitas espécies de animais que, de acordo com o atual conhecimento científico, são dotadas de até maior grau de senciência que cães e gatos, a exemplo dos porcos e dos grandes primatas.

TRÊS VELOCIDADES DO DIREITO ANIMAL

O Direito Animal ganha então a seguinte conformação, estruturado em três velocidades, de acordo com a espécie do animal e a eventual existência de conflito com interesse humano:

1 ANIMAIS DOMÉSTICOS DE COMPANHIA: impulsionado pela convivência doméstica e a maior proximidade afetiva, bem como a menor interesse econômico por trás da exploração, cães e gatos tornaram-se as espécies com maior proteção jurídica. A jurisprudência evoluiu consistentemente para o reconhecimento da família multiespécie, muitas vezes, se valendo de analogia com a posição dos filhos menores em demandas de divórcio, para reconhecer o interesse do próprio animal na disputa. Paralelamente, as legislações estadual e municipal foram emergindo para afirmar o conceito de guarda responsável, delineando os deveres do guardião em prol do bem-estar animal. A relação que outrora era marcada pelo regime de propriedade passa a se configurar como dever de cuidado e proteção, com absoluta predominância da relação de afeto sobre os poderes inerentes à propriedade.



Animais domésticos são os mais protegidos pela lei. Foto: Pixabay

2 ANIMAIS SILVESTRES: a autossuficiência, a função ecológica do animal silvestre e o seu interesse fundamental de viver livre no habitat natural são os aspectos que conformam o regime jurídico, dando predominância ao Direito Ambiental nesta área, com base em um princípio geral de não intervenção. A função primordial do Direito Animal neste âmbito é provocar o debate sobre a legitimidade de diversas formas de exploração de animais silvestres diante do novo paradigma ético, a exemplo da exploração em circos, do modelo retrógrado de exposição em zoológicos, do tráfico de animais silvestres como pets, da caça, etc.



Papagaios são vítimas constantes de tráfico de animais silvestres. Foto: Gláucia Seixas - Projeto Papagaio-Verdadeiro

3 ANIMAIS DE EXPLORAÇÃO ECONÔMICA: sob o influxo do conflito de interesses de diversas ordens (ciência, cultura, alimentação, etc.), o Direito Animal ganha um espaço ainda muito restrito, limitado ao conceito de sofrimento desnecessário que é oriundo das primeiras teorias de bem-estar animal, em total dissonância ao princípio da dignidade animal. Em algumas áreas, a exemplo de práticas ditas culturais e esportivas e a experimentação animal, até que se notou alguma evolução, como a decisão do Supremo Tribunal Federal na ADIN da vaquejada (ADIN 4983/CE) e a progressiva proibição de testes em animais para a produção de cosméticos em leis estaduais. Contudo, na área da produção animal, verifica-se um verdadeiro *blindspot* do sistema jurídico animalista, com a inexistência de qualquer manifestação legislativa no sentido da proteção dessa classe de animais, que permanecem invisibilizados, em razão da absoluta predominância do interesse econômico. Nem sequer se vislumbra qualquer esforço no sentido da criação de uma política de produção e consumo eticamente sustentáveis, no sentido de criação de instrumentos econômicos para incentivar a produção e a circulação de produtos que garantam padrões mínimos de bem-estar animal.



Animais sencientes são apenas números na indústria da carne.

CONTRADIÇÕES



Na prática, então, o que se vê é um ordenamento jurídico de base especista. De um lado, cães e gatos contam com forte proteção legal, com obrigações aos respectivos guardiões e reconhecimento da responsabilidade do poder público em relação à guarda e aos cuidados daqueles que forem vítimas de maus-tratos e dos errantes. Do ponto de vista criminal, a prática de maus-tratos contra essas espécies prevê rigorosa pena de reclusão de até cinco anos.

Do lado oposto, bovinos, suínos e aves são submetidos a toda forma de crueldade que é inerente aos modelos de criação industrial intensiva. São criados em gaiolas minúsculas, submetidos a procedimentos extremamente dolorosos sem qualquer insensibilização, privados de todo e qualquer comportamento natural da espécie e mesmo da possibilidade de desenvolver qualquer relação de afeto com outros animais, como se fossem verdadeiras máquinas de produção. O art. 32, caput, da Lei 9.605/98 prevê pena de detenção, de três meses a um ano para quem praticar maus-tratos contra essas espécies, mas, na prática,

esse tipo de crime sequer chega a merecer investigação, por absoluta falta de fiscalização.

Considerando que o Direito Animal é um ramo novo, ainda em fase de estruturação, a questão que fica é saber se a nossa esquizofrenia moral dará o tom da evolução nos próximos anos, de forma a se configurar um sistema de

proteção direcionado exclusivamente a cães e gatos, ou se, em algum momento, o pressuposto da senciência será verdadeiramente considerado para lançar luz ao sofrimento de milhões de animais explorados diariamente pelo poderoso agronegócio brasileiro.

Instrumentos jurídicos para tanto não faltam.

A informação e a educação animalista são dois princípios fundamentais do Direito Animal e exigem o conhecimento público sobre os diversos modelos de criação e exploração dos animais, bem como medidas para a conscientização da população sobre a relevância do sofrimento dessas espécies. O próprio Direito do Consumidor demanda que os consumidores tenham toda a informação prévia necessária sobre o grau de bem-estar animal envolto em cada produto disponível no mercado e a Lei nº 13.186/15, que institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável, traz importantes instrumentos para convocar o consumidor a exercer o seu primordial papel na melhoria das condições de tratamento dos animais explorados.



Foto de investigação sobre abate de vacas gestantes feita pela ONG Animal Equality. Imagem mostra bezerros se debatendo vivos.

¹ TJPR. 7ª Câmara Cível. Agravo de Instrumento nº 0059204-56.2020.8.16.0000, acórdão de 27 de setembro de 2021.

² O grande paradigma científico é a aclamada Declaração de Cambridge sobre a consciência animal, publicada em evento da Universidade de Cambridge em 07 de julho de 2012, que afirma textualmente a capacidade de senciência de todos os mamíferos e aves, bem como dos polvos. Veja o texto no blog da Coordenadoria de Defesa dos Animais – CEDA do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <http://defesadafauna.blog.br/wp-content/uploads/2018/04/Declaracao-sobre-a-Consciencia-de-Cambridge.pdf> Acesso em 23 de nov. de 2021.



MÁRIO MANTOVANI 50 anos defendendo o patrimônio público natural brasileiro

Geógrafo, ambientalista, articulista político, um lobista do bem. Depois de 31 anos dedicados à natureza, Mantovani assume outros desafios em biomas brasileiros

Em 2022, o ambientalista Mário Mantovani deu novos passos profissionais, mas sem descalçar a bota com que pisa o solo do bioma que defendeu durante a vida. A Mata Atlântica vai continuar sob sua proteção, agora como diretor da Fundação Florestal do estado de São Paulo.

A mudança incluirá novos biomas: como um dos fundadores da Fundação Amazônia Sustentável, onde ficou por 12 anos no conselho e que agora também passa a atuar como consultor.

Numa articulação de base, que sempre apoiou, Mantovani ainda reassume a Associação Nacional dos Municípios e Meio

Ambiente (ANAMMA), que ajudou a criar em 1986. “Meu ideal de vida foi abrir os espaços nas esferas federal, estadual e municipal para a sociedade participar ativamente. É isso que vou fazer onde estou agora”, nos conta Mário Mantovani em entrevista exclusiva ao Observatório de Justiça e Conservação.

Em março deste ano, Mantovani deixou o cargo de diretor na Fundação SOS Mata Atlântica, onde esteve por 31 anos, tendo sido convidado a trabalhar em defesa do bioma logo depois de formado geógrafo. Foi indicado pelo ex-superintendente João Paulo Capobianco, que o chamou de “um alucinado pela ação, um guerrilheiro”.

“*Meu ideal de vida foi abrir os espaços nas esferas federal, estadual e municipal para a sociedade participar ativamente*”

Quase 50 anos na linha de frente

Para entender o “ideal de vida” de Mantovani, que está no auge da atividade aos 67 anos, é preciso voltar algumas décadas. Apesar do geógrafo se abster do apelido de “ambientalista”, porque, segundo ele, ambientalistas deveríamos ser todos, Mantovani começou a defender o meio ambiente antes desse movimento ser conhecido. “Minha trajetória começa em 1973, trabalhando com a União dos Escoteiros sobre os temas da Conferência de Estocolmo. Era pensar global e agir local. Na época não existia movimento ambientalista como conhecemos hoje.” Os acampamentos ao ar livre renderam um gosto vitalício. “A gente trabalhava com escotismo, atividade que era reconhecida no mundo, de quem gostava de natureza, aquela coisa.”

Na transição das décadas de 1970 e 1980, Mantovani esteve nos movimentos de defesa da área onde hoje é a Estação Ecológica de Jureia-Itatins, em Peruíbe, São Paulo. Havia um projeto militar para a expansão da energia nuclear, o que traria sérios impactos socioambientais. No local, estava previsto um loteamento, além da instalação de duas usinas nucleares, obras que não se concretizaram.

Mário Mantovani traçava estratégias políticas mas também midiáticas e artísticas, fórmula que levou para as décadas seguintes a fim de ganhar causas ambientais. Esse conjunto de ações resultou na criação da Estação Ecológica de Jureia-Itatins, mais tarde, em 1986. “A agência publicitária que criou a campanha usou na propaganda um origami que se transformava em uma onça, em um tucano. Essa foi a primeira grande campanha de mídia que chamou a atenção não só para a Jureia mas para todas as questões nucleares”, conta.

A força ambientalista brasileira ainda engatinhava, mas a identidade de Mantovani já começava a despontar. “Eu era o tipo estranho, porque o Brasil se dizia o país que vai para frente, tinha a Copa do Mundo, o desenvolvimento a qualquer preço, a abertura da Transamazônica e eu estava falando tudo ao contrário”, referindo ao período que era crítico de obras de infraestrutura em nome da sustentabilidade.

No início dos anos 70, criticava abertamente a fala do ministro do Meio Ambiente na Conferência de Estocolmo, da Organização das Nações Unidas, quando este proferiu ao mundo: “Preferimos a poluição à pobreza”.



“Com vários colegas que estão até hoje comigo, fizemos o enfrentamento contra o regime militar através das questões ambientais”

De carona na estrada à ponte aérea

“Euforia” é a palavra que o ambientalista natural de Assis, São Paulo, reserva para traduzir o sentimento de quando acompanhou o desenvolvimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente, o Sisnama. “Em 1981, foquei na implementação local do Sisnama. Foi algo muito avançado à época que hoje, infelizmente, está sendo desmontado.”

Já participante ativo de estratégias para políticas públicas, Mantovani entra no governo do estado de São Paulo dois anos depois, sob a administração de Franco Montoro, onde fica por quatro anos. “Ainda bem que mudou o governo e me chutaram de lá, para eu poder agir em outros lugares”, comemora mais de três décadas depois. “Nesse período, saí visitando 600 municípios paulistas e consegui criar cerca de 300 conselhos.” Para Mantovani, os conselhos são órgãos superiores ao Sisnama e uma ferramenta importante de participação popular e fiscalização da gestão.

Ele credita aos anos 1980 os grandes feitos ambientais, tanto pessoais quanto políticos no país. “Toda a legislação surge aí, o movimento ambientalista se fortalece, a maioria das ONGs bomba nesse período. Estávamos saindo da ditadura, era a redemocratização”, diz. Havia também forte mobilização social para a redação do capítulo de Meio Ambiente Constituição Federal, de 1988.

É dessa década o surgimento das Associações de Reposição Florestal,

quando Mantovani ajudou a implementar 29 delas. “Quem consumia um metro cúbico de madeira tinha que plantar três árvores. Para um metro cúbico de carvão, plantava 10, sendo 10% desse total nativas. Foi um movimento dinâmico.” Mário levou o modelo de reflorestamento para a SOS Mata Atlântica, o que reverteu o quadro do desmatamento de

árvores nativas no estado com maior número de estabelecimentos industriais no país.

A década do estouro verde não terminou sem a criação do que Mantovani chama de “movimento de desobediência civil dos recursos hídricos”, os consórcios intermunicipais de bacias hidrográficas. Durante os ajustes do consórcio do Rio Jacaré-Pepira, que nasce na Serra do Itaqueri e deságua no Tietê, em São Paulo, as viagens do geógrafo já eram intensas, pedindo carona nas rodovias. “Assim, eu ia longe, até Brasília, para acompanhar a Constituição, o capítulo de Meio Ambiente. Eu tinha os dois lados: o político, de agitação, e o lado criativo”, orgulha-se.

Depois da aprovação da Constituição Federal, há duas marcas

das quais Mário gosta de lembrar. Uma delas é a criação do Fórum Brasileiro de ONGs (Organizações Não Governamentais) e movimentos sociais, como preparativo para a ECO-92, a Conferência das Nações Unidas, no Rio de Janeiro. A outra é o nascimento da Fundação SOS Mata Atlântica, em que esteve presente.



Cidadania



Como representante de vozes do setor, Mantovani esteve como titular absoluto por 10 anos no Consema (Conselho Estadual de Meio Ambiente), além de representar algumas organizações no Conama (Conselho Nacional de Meio Ambiente). Em Brasília, levava as pautas das organizações aos ministérios, entre eles, o de Meio Ambiente.

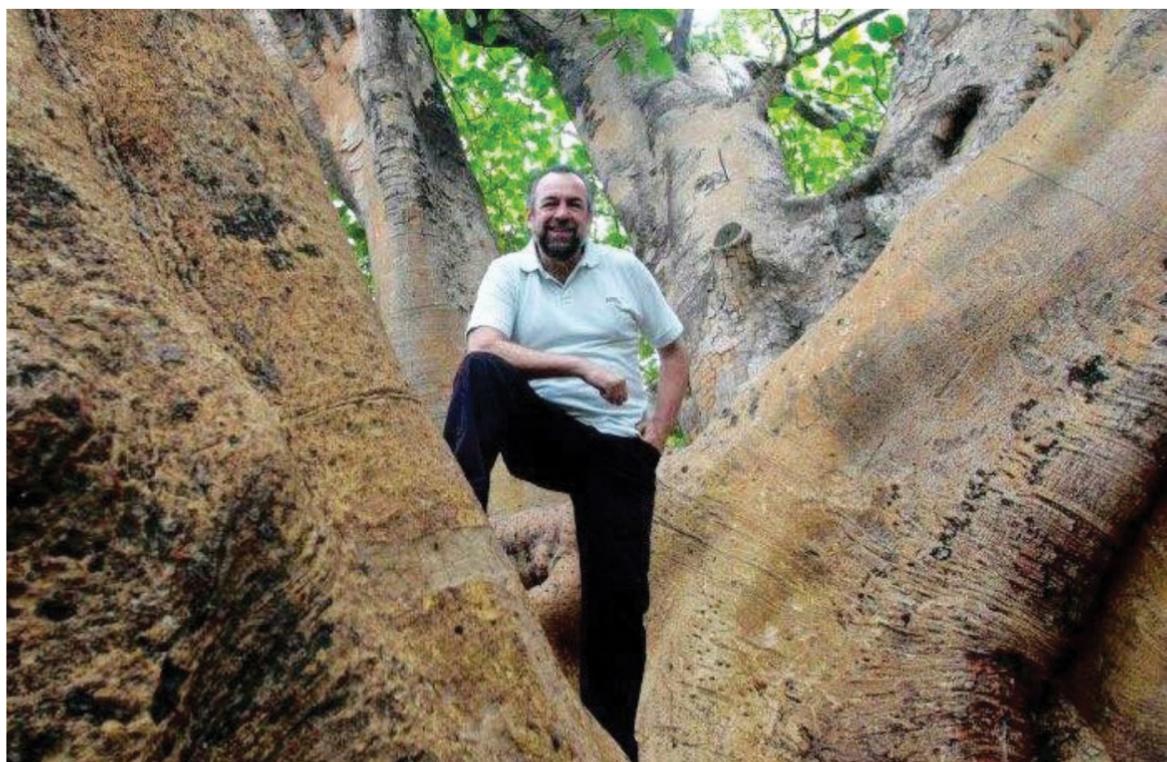
A longa jornada ambiental dos anos 1980 chega ao fim e abre espaço para uma das maiores conferências ambientais.

Na ECO-92, que atraiu autoridades e organizações ambientais mundiais para o Brasil, Mantovani apresentou nas plenárias e em espaços da sociedade civil, como no Aterro do Flamengo, um projeto de despoluição do Rio Tietê. “Foi o maior abaixo-assinado da história, com assinaturas reais, conferidas, não era no teclado como é hoje, não”, comenta. A credencial de Mantovani no evento foi essencial para um plano de recuperação do rio mais poluído do país.

Contribuiu também para as discussões da Lei da Mata Atlântica nos 14 anos de mobilização antes da sua promulgação em 2006. A lei se configurou na principal ferramenta de proteção do segundo bioma mais ameaçado do planeta. Atualmente, a Mata Atlântica conta com 12% de remanescentes da sua cobertura original, segundo o Atlas SOS Mata Atlântica.

Nesse período, Mantovani esteve com as equipes do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) na exposição das primeiras imagens de satélite das áreas de florestas do país. “Foi um impacto violentíssimo, mostramos que o Brasil perdia um campo de futebol de floresta a cada quatro minutos”, referindo-se ao marco imagético que mudaria todo o sistema de fiscalização de crimes ambientais, há 30 anos.

Em 1997, Mantovani ajuda a formalizar a Frente Parlamentar Ambientalista no Congresso



Nacional que, segundo ele, “inova na forma de ação política”, um modelo que se estendeu para estados e municípios.

Para Mário Mantovani, as florestas eram prioridade, mas nem tudo foram flores. Houve embates com os governos FHC e Dilma Rousseff a partir de suas críticas quanto às políticas ambientais praticadas nessas administrações. O acesso ao Ministério do Meio Ambiente nesses períodos ficou comprometido.

Seu trânsito livre - ou quase - em Brasília, porém, rendeu-lhe resiliência para enfrentar o governo de Jair Bolsonaro. “Este governo não teve nenhuma novidade. Eu já conhecia Bolsonaro de 20 e tantos anos, de dentro do Congresso, ele era ruim e a favor das armas. Tudo o que está falando

hoje, de não demarcar Terra Indígena e territórios quilombolas, de reduzir áreas protegidas, ele está cumprindo. Não teve frustração.”

A atuação de Mantovani não se restringe ao Brasil. Ele esteve em cerca de 10 Conferências das Partes da ONU, tendo sido a última em Glasgow, na Escócia, em 2021.

De volta ao seu país, que muito tem a avançar na proteção dos biomas, Mantovani não espera a troca de governo para agir. “Eu trago comigo o ideal daquele tempo: vou continuar abrindo os espaços. Dentro da Fundação Florestal, quero estimular a participação dos conselhos gestores. Nos municípios onde houver uma Unidade de Conservação, vou apoiar a criação de Planos de Biodiversidade.”



“Este governo não teve nenhuma novidade. Eu já conhecia Bolsonaro de 20 e tantos anos, de dentro do Congresso, ele era ruim e a favor das armas”

Sobre Mário Mantovani

Veja o depoimento que MARINA SILVA deu com exclusividade para o JustiçaECO

Ex-senadora pelo Acre e ex-ministra do Meio Ambiente



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code acima para assistir ao vídeo.

“Conheço o trabalho do Mário Mantovani no Congresso Nacional há três décadas. Sempre acompanhou muito de perto a Comissão de Meio Ambiente e, de forma geral, os projetos de lei e outras proposições legislativas afetas à questão ambiental. É uma pessoa que tem como característica uma articulação bem ampla, sempre teve interação com diferentes partidos políticos e isso ajuda muito em termos do trabalho de advocacy no Poder Legislativo. Ele consegue resultados significativos nessa luta em defesa da política ambiental e da legislação ambiental. Uma pessoa importante, com histórico que merece ser destacado.”

SUELY ARAÚJO, urbanista e advogada, especialista sênior em políticas públicas do Observatório do Clima, ex-presidente do Ibama (2016-2018)

“Mário é uma inspiração, um guru. Parece que ele não envelhece, é de uma jovialidade e uma energia contagiantes. É um grande articulador, um lobista do bem que precisa ser reconhecido. Se o Observatório de Justiça e Conservação pudesse entregar um troféu ou medalha para alguém da conservação, certamente seria para o Mario. Em lugar disso, fazemos essa homenagem biográfica. Certamente, ele ainda receberá muitas premiações na vida. Só tenho a agradecer ao Mário por ser essa pessoa que nos inspira, que ensina e trabalha em prol do patrimônio público natural.”

GIEM GUIMARÃES, empresário e diretor-executivo do Observatório de Justiça e Conservação

“Tenho uma enorme admiração pelo trabalho que Mário Mantovani faz. Ele é um ambientalista do jeito antigo, enfrenta cara a cara, não tem medo de ninguém. Está sempre do lado da verdade, daqueles que são mais oprimidos, é um grande exemplo de coragem e de participação. Ele é o cara mais presente em todas essas questões que conheço; conheço outros ambientalistas pelos quais tenho admiração, mas o Mário tem essa participação contínua em Brasília. Trabalhei com ele por muitos anos, quando foi presidente da Fundação SOS Mata Atlântica, e sempre foi um grande guerreiro pela SOS. Agora, como presidente da Fundação Florestal, tenho certeza que ele vai apontar caminhos para a melhoria das instituições públicas. Figura insubstituível.”

ROBERTO KLABIN, fundador e terceiro presidente da Fundação SOS Mata Atlântica

“Mário Mantovani é um ícone vocacionado à defesa do Meio Ambiente que deve ser sempre lembrado e festejado, não somente por ser uma figura humana incrível, com uma energia fora do comum e uma alegria e otimismo contagiantes, mas pelo seu profundo conhecimento ecológico, das pessoas e das instituições. Mário tem uma capacidade admirável de articulação e convencimento, sempre na luta incansável em prol do avanço das políticas ambientais, em especial no âmbito da Mata Atlântica. É sócio honorário da Abrampa pelos mais de 30 anos dedicados à militância em defesa da Mata Atlântica e dos demais biomas brasileiros, uma grande inspiração para todos nós.”

ALEXANDRE GAIO, promotor de Justiça no Ministério Público do Estado do Paraná e presidente da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa) no triênio 2022-2025

“Fomos militantes juntos na questão ambiental quando ele estava envolvido na participação dos municípios nas ações de meio ambiente, montagem de consórcios municipais e nas associações de reposição florestal. Quando eu era superintendente da Fundação SOS Mata Atlântica, decidimos lançar uma campanha em defesa da despoluição e recuperação do Rio Tietê. Eu fiquei encarregado de identificar uma pessoa que fosse adequada para conduzir e implementar o projeto. Lembrei imediatamente do Mário, principalmente em função da sua capacidade de articulação. Ele é uma pessoa que cativa no relacionamento com todos em geral, assim, o projeto foi um sucesso. Na SOS Mata Atlântica, o Mário ocupou uma linha de ação muito importante na área de políticas públicas, especialmente na relação com o Congresso Nacional. Ele conseguiu pautar temas relevantes para a agenda socioambiental assim, como ajudou também a segurar iniciativas de retrocesso. Ele é capaz de envolver um conjunto grande de organizações para promover avanços na agenda da sustentabilidade. O Mário é uma pessoa muito preparada, inteligente, com boa capacidade de liderança.”

JOÃO PAULO CAPOBIANCO, vice-presidente no Instituto Democracia e Sustentabilidade - IDS

Programa REBIMAR lança aplicativo para promover a educação continuada sobre conservação marinha

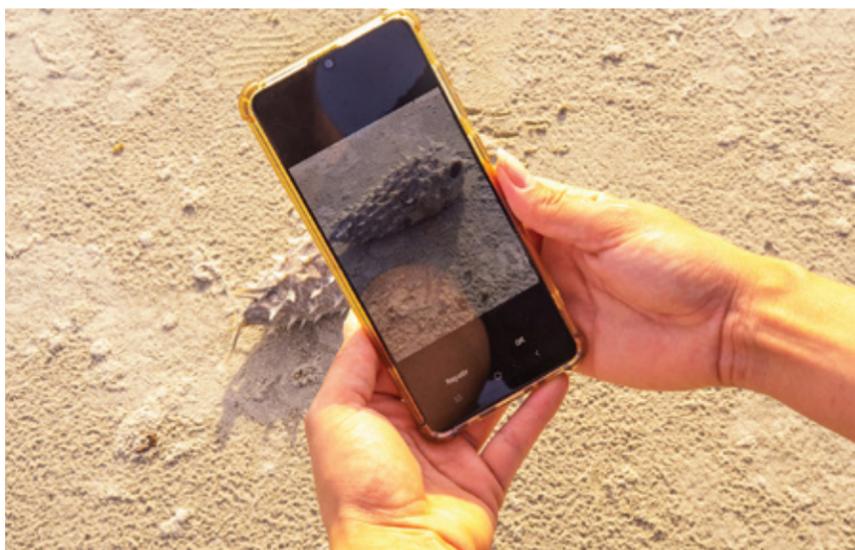
Nova ferramenta de Ciência Cidadã vai contribuir com o monitoramento participativo e constante de animais marinhos e de microplástico nas praias



O aplicativo vai monitorar o microplástico no litoral do Paraná e de São Paulo.
Foto: Reprodução/Rebimar

O Programa de Recuperação da Biodiversidade Marinha da Associação MarBrasil lança, com patrocínio da Petrobras, o aplicativo SIG REBIMAR para monitoramento de microplástico e fauna no litoral do Paraná e no de São Paulo. A ferramenta digital permite que jovens e adultos compartilhem imagens que registrem a presença de animais marinhos e de lixos plásticos.

“A inserção do protocolo de microplástico se dá pela facilidade de encontrar resíduos plásticos na praia e pelas inúmeras problemáticas ocasionadas pela presença desses resíduos no ambiente marinho. E o protocolo de fauna marinha justifica-se pela frequência de animais encalhados na costa paranaense”, explica Marjorie Ramos, técnica da equipe de educação ambiental do Programa REBIMAR, que participou do processo de desenvolvimento do aplicativo.



Para monitorar, basta enviar uma fotografia para o banco de dados do aplicativo.
Foto: Reprodução/Rebimar

A coleta de dados é fundamental para o desenvolvimento da ciência e, ao longo do tempo, os pesquisadores desenvolveram metodologias e sistemas de amostragem para colher informações que possam mapear problemas,

investigar suas causas e buscar soluções.

As ferramentas de Ciência Cidadã trouxeram novas formas de integrar as pessoas em projetos, por meio da coleta e compartilhamento de dados de forma voluntária. Essa mobilização social permite aos pesquisadores acesso digital a fotos, vídeos e informações em tempo real e em áreas extensas. O novo aplicativo SIG REBIMAR conta com um protocolo de coleta, desenvolvido pela equipe técnica, para que esses dados sejam válidos cientificamente.

“Essas informações serão armazenadas em um grande banco de dados e poderão ser utilizadas por

pesquisadores, cientistas, professores e estudantes. A ideia é que a comunidade participe na coleta e no uso dessas informações”, explica Emerson Joucoski, coordenador da Educação Ambiental do projeto.



Marjori Ramos, técnica de Educação Ambiental. Foto: Reprodução/Rebimar



Emerson Joucoski, Coordenador da Educação Ambiental. Foto: Reprodução/Rebimar

“*Esperamos que o uso do aplicativo promova a aproximação dos cidadãos ao conhecimento científico. O objetivo é disponibilizar para a população do litoral paranaense uma ferramenta que inclua a comunidade e possibilite que ela contribua na coleta de dados*”

Marjori Ramos, Técnica de Educação Ambiental do REBIMAR IV

“*Com o aplicativo teremos mais fomento à pesquisa e mais dados. Por outro lado, jovens e crianças vão aprender a fazer ciência da maneira correta. Queremos estimular futuros cientistas, pesquisadores e defensores da fauna marinha e da não poluição dos nossos mares*”

Emerson Joucoski, Coordenador da Educação Ambiental o REBIMAR IV

Joucoski acrescenta que a meta é aproximar a comunidade e as escolas dos pesquisadores para promover a conscientização ambiental. “O SIG REBIMAR possui design intuitivo e funcional que permite interação entre os usuários. Tudo de forma virtual. Professores e estudantes serão estimulados a participar e usar a ferramenta digital nas atividades educacionais, pois a utilização de aplicativos permite a aproximação com a ciência, estimulando um aprendizado coletivo, mesmo diante do cenário de isolamento social da pandemia.”

Dentro da nova fase do REBIMAR, professores da rede pública de ensino passarão por um curso para usar o aplicativo em sala de aula, em uma ação concreta de educação ambiental, e os dados coletados serão aproveitados pelo Programa REBIMAR em ações de pesquisa e conservação.

“Pretende-se também integrar ao processo de coleta de dados as comunidades pesqueiras do litoral. A familiaridade dos pescadores com o ambiente marinho será de grande ajuda”, acrescenta o coordenador da Educação Ambiental.

A proposta da Ciência Cidadã e do aplicativo SIG REBIMAR está alinhada aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), e faz parte de um conjunto de ações da fase IV do Programa de Recuperação da Biodiversidade Marinha, que tem apoio do governo federal.



Equipe da Rebimar trabalha no monitoramento de microplástico e da fauna do litoral. Foto: Reprodução/Rebimar



Hotel Fazenda em Urubici - SC é a primeira área do país a receber as araucárias da Tetra Pak

Parceria entre empresa privada e organizações ambientais terá capacidade de sequestrar até 70 mil toneladas de carbono equivalente ao ano

A Fazenda Santa Bárbara, com 155 hectares de área, está no coração da Serra Catarinense e faz divisa com o Parque Nacional de São Joaquim. O local, que futuramente abrigará uma pousada, acaba de se tornar um modelo brasileiro de recuperação da Mata Atlântica, vegetação dizimada no estado. Um dos ecossistemas mais ameaçados na região é o da Floresta com Araucária, com apenas 3% de remanescentes na área de Santa Catarina. Um projeto lançado pela Tetra Pak e a Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (Apremavi) pretende reverter o processo de devastação.

Segundo Miriam Prochnow, uma das fundadoras da Apremavi, o projeto é inovador porque “a empresa coloca os compromissos de se tornar carbono zero na mesa e a forma que ela faz isso não é ir ao mercado de carbono e comprar créditos, mas agir”, pontua.

A empresa não investe apenas no plantio da araucária, mas na recuperação das Florestas com Araucárias. Embaixo dos altos pinheiros, como também é conhecida a árvore, estão várias outras espécies que compõem esse ecossistema.

Na fazenda que serviu de piloto do projeto, 52% da área era coberta por pastagens, o

que evitou, ao longo dos anos, a regeneração natural da mata. Com planejamento técnico da Apremavi, estão sendo plantadas 50 mil mudas de espécies nativas como a goiaba-da-serra, erva-mate, bracatinga, uvaia, imbuia, aroeira-vermelha, entre outras. As árvores vão proteger as seis nascentes presentes na propriedade, além de contribuir com a proteção e recuperação da biodiversidade local.

De acordo com o proprietário da área, Giem Guimarães, investidor do turismo ecológico em Urubici, sua atitude pode servir como exemplo para o setor. Curitibano, Guimarães faz referência a um nome conterrâneo seu e símbolo da proteção da floresta. “A Tereza Urban dizia que as nossas Florestas com Araucárias são ‘verdadeiras catedrais’, um presente único da natureza que precisa ser preservado para as próximas gerações”, recorda ao citar o trabalho feito pela ambientalista e jornalista brasileira, sua mentora.

O proprietário também é diretor-executivo e fundador do Observatório de Justiça e Conservação, organização que apoia o projeto mesmo antes dele existir. “O OJC nasceu da indignação de ver nossas últimas florestas com araucárias caírem e o poder público nada fazer de efetivo para evitar isso”, reitera.

“Tereza Urban dizia que as nossas florestas com araucárias são ‘verdadeiras catedrais’, um presente único da natureza que precisa ser preservado para as próximas gerações

Giem Guimarães

Araucárias dão a largada para o net-zero



“ Os motivos de escolha desta área incluem a velocidade de armazenamento de carbono, efetividade da restauração da biodiversidade, necessidade de restauração de ecossistemas e proximidade com nossa cadeia de suprimentos

Valéria Michel, diretora de Sustentabilidade da Tetra Pak no Brasil

O projeto da Tetra Pak Conservador das Araucárias traz vantagens para todos os atores envolvidos: o futuro climático das populações humanas e naturais, o bem-estar e retorno financeiro ao dono do imóvel, além do incentivo às metas de compensação das emissões de carbono da empresa investidora.

Idealizado há cerca de um ano, o projeto viabiliza a proteção de espécies ameaçadas de extinção, como a onça-parda, o lobo-guará e o papagaio-charão. Este último chama a atenção de turistas pelas revoadas típicas desta estação.

O projeto também colabora com a proteção dos mananciais hídricos, que carregam o Aquífero Guarani na região, responsável pelo abastecimento de várias regiões de Santa Catarina. A iniciativa ainda contribui com a mitigação das mudanças climáticas, já que a presença de florestas ameniza efeitos extremos de chuva e estiagem.

Diretora de sustentabilidade da Tetra Pak no Brasil, Valéria Michel explica os motivos da escolha da empresa pelo bioma Mata Atlântica para desenvolver o projeto, que é estudado internamente desde 2019. “Os motivos de escolha dessa área incluem a velocidade de armazenamento de carbono, efetividade da restauração da biodiversidade, necessidade de restauração de ecossistemas e proximidade com nossa cadeia de suprimentos.”

Além da prestação de serviços ecossistêmicos essenciais para a preservação da vida, os proprietários que participarem do programa também poderão receber uma compensação financeira por ceder uma parte da área para conservar a natureza.

Já existem alguns sistemas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) em Santa Catarina, área do plantio-piloto, assim como em vários outros estados do país. Dentro do programa, no entanto, o PSA próprio poderá ter a contrapartida de investimentos de empresas parceiras, como a Tetra Pak.

A empresa investidora do Conservador das Araucárias conseguirá abater suas emissões de gases do efeito estufa por meio do projeto. O potencial de sequestro de gases da atmosfera com estratégias de conservação pode chegar a 70 toneladas de carbono equivalente. “Em 10 anos, o objetivo é restaurar 7 mil hectares de Mata Atlântica, extensão de 9.880 campos de futebol. A companhia também certificará 13,7 milhões de hectares, o que corresponde à área da Inglaterra”, adiciona Valéria Michel, da direção de sustentabilidade da empresa.

É o que já está fazendo a Tetra Pak - maior produtora de embalagens longa vida do mundo -, cujas metas alcançarão o net-zero [emissões zero] em 2030. A meta é a mesma para toda sua cadeia de valor, até 2050.



Exemplo a replicar

Com 35 anos de experiência na produção de mudas nativas, a Apremavi pretende reunir todos os interessados em fazer parte da iniciativa. Não só donos individuais de imóveis rurais, mas também em territórios coletivos, como em Terras Indígenas, faxinais e quilombos.

Outras empresas também podem se inscrever para receber um planejamento de restauração da Mata

Atlântica. “O setor privado precisa apresentar seus projetos dada a emergência das mudanças climáticas”, aponta Prochnow. Na outra ponta, investindo ao mesmo tempo em conservação e em uma pousada rural na Serra Catarinense, Guimarães dá o caminho: “Entendo que é preciso mostrar à sociedade que os negócios e a conservação podem andar juntos.”

“ O setor privado precisa apresentar seus projetos dada a emergência das mudanças climáticas

Miriam Prochnow, fundadora da Apremavi

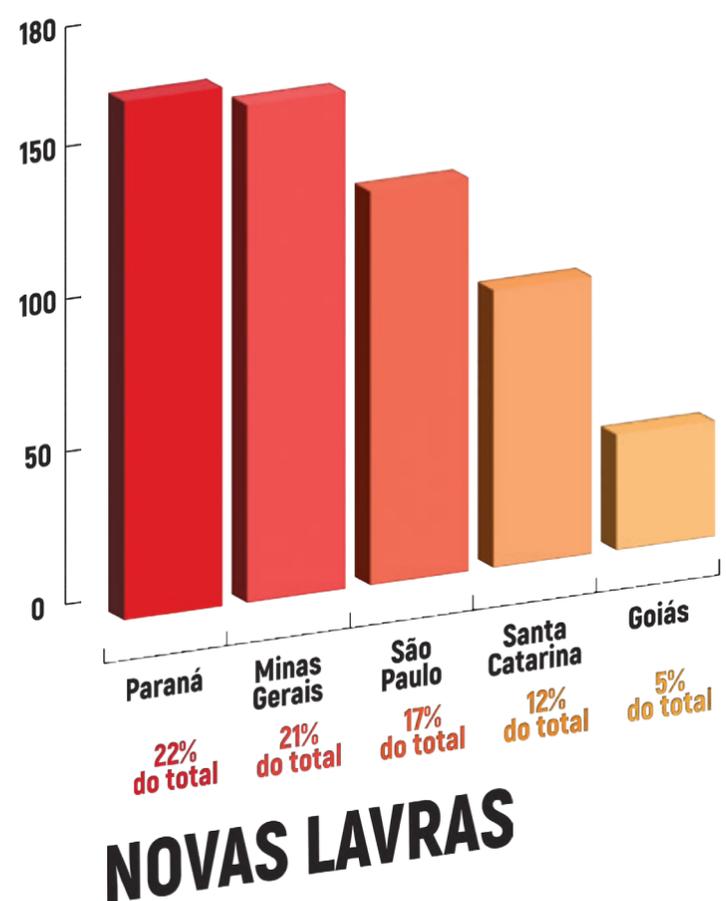


O AVANÇO DA EXTRAÇÃO ILEGAL DE AREIA

O Paraná foi a cara do avanço da mineração no país em 2021, com 170 das 759 novas lavras autorizadas no ano passado encravadas no território brasileiro. À frente de Minas Gerais (163), de São Paulo (129) e de Santa Catarina (91), o número disparou um alerta ambiental no estado, já que a maior parte das liberações são para a extração de areia - uma atividade que ameaça rios, cavernas e reservas naturais no Paraná.

Somando as novas 58 lavras de areia àquelas já existentes, o Paraná passa a ter 1.068 pontos de retirada desse recurso não renovável, cadastrados pela Agência Nacional de Mineração (ANM). O problema é que, conforme alertam estudiosos do setor, a extração ilegal de areia é sorrateira e praticamente invisível. Internacionalmente, o tráfico de areia já é o terceiro maior crime em volume de dinheiro, atrás apenas da venda de produtos falsificados e das drogas. Mas aqui não se fala disso.

MINERAÇÃO NO BRASIL EM 2021 (CINCO MAIORES)



RANKING DA PRODUÇÃO E DA ARRECADAÇÃO MINERÁRIA NO BRASIL EM 2020



NOROESTE É A BOLA DA VEZ

Por trás do primeiro lugar do Paraná no avanço da mineração no país está a expansão das mineradoras de areia no Noroeste do Estado. Em 2021, a ANM liberou novas lavras que atingem 17 municípios da região, abrindo 40 pontos de extração - um aumento de 30%, pois antes eram 139, agora são 179. O caso que chama mais a atenção é o da cidade turística de Porto Rico, às margens do Rio Paraná, na divisa com o Mato Grosso do Sul.



O pequeno município de Porto Rico tem oito praias naturais de água doce e nove ilhas no leito do Rio Paraná, sendo que a mais conhecida é a de Santa Rosa. A região é propícia para o mergulho e tem diversos parques aquáticos. Segundo o governo do Paraná, na temporada, o número de pessoas na cidade quadruplica, ou seja, dos 2,5 mil habitantes registrados no Censo de 2010, para mais de 10 mil pessoas.

Até o ano passado, Porto Rico tinha nove empreendimentos legalizados para extração de areia, em operação desde os anos 2000, sob a responsabilidade da Mineração Nova Londrina e do Porto de Areia do Lago. Em 2021, oito pedidos da Athenas Mineradora Ltda., para retirada de areia nas duas margens do rio, tanto em Porto Rico, como em Taquarussu (MS) e registrados em 2014, ganharam a benção da Agência Nacional de Mineração.

Com a anuência da ANM, a Athenas poderá explorar legalmente a areia disposta em uma área que, somando as oito concessões de lavra, é de 382 hectares na região do Rio Paraná. Arredondando, é o equivalente a 400 campos de futebol. O caso exemplifica bem como a indústria da areia contribuiu para o estado ser o campeão de concessões em 2021, pois são vários pedidos picotados, para uma mesma região, engordando a estatística.

Não é exclusividade de Porto Rico ter praticamente dobrado seus pontos de extração de areia de um ano para o outro. No Noroeste, o mesmo aconteceu com Alto Paraná, Nova Londrina, Iporã, Inajá, Cruzeiro do Sul, Santo Antônio do Caiuá, Planaltina do Paraná, Japurá e Amaporã. Dessas cidades, quatro nem tinham areiras operando dentro dos seus limites territoriais até o ano passado.

Essa escalada fez com que o Noroeste roubasse da Região dos Campos Gerais - famosa pelos seus arenitos, como a Área de Preservação Ambiental da Escarpa Devoniana - o segundo lugar no ranking estadual de exploração da areia. Ela tem agora 179 lavras ativas, atrás das 419 da Região Metropolitana de Curitiba (que engloba o litoral), mas à frente das 160 do Centro Oriental (que é o jargão técnico para o entorno de Ponta Grossa).



MEIO BILHÃO DE REAIS

Uma vez que o tráfico de areia é um problema mundial, há uma metodologia internacional para visualizar o tamanho desse problema. Ela consiste em tomar como parâmetro o consumo de cimento, para estimar a quantidade de areia realmente utilizada. Na prática, no ano de 2020, o Paraná consumiu 4,2 milhões de toneladas de cimento - o que deveria vir acompanhado do consumo de 16,8 milhões de toneladas de areia. Só que isso passou longe de ser verificado nos números oficiais.

Nos registros da União, faltou metade dessa areia. Em vez de produzir 16,8 milhões de toneladas, o Paraná só registrou a extração legalizada de 8,6 milhões de toneladas de areia em 2020 - logo, a diferença de 8,2 milhões de toneladas é a estimativa de retirada ilegal. O uso dessa metodologia é defendida no Brasil pelo policial federal Luiz Fernando Ramadan, que tem se dedicado a

elucidar os mecanismos da mineração ilegal de areia no Brasil.

Em um artigo recente, Ramadan calculou que 64% da areia usada no Brasil em 2018 foi minerada ilegalmente - um negócio de R\$ 13 bilhões de reais, que roubou R\$ 179 milhões dos cofres públicos em impostos não pagos, fora os incalculáveis danos ambientais. Aplicando os mesmos parâmetros ao Paraná no ano de 2020, com o metro cúbico da areia sendo vendido a R\$ 100, esse crime ambiental pode ter movimentado R\$ 500 milhões.

Considerando que esses são os dados mais recentes disponíveis, 49% do consumo de areia no Paraná é presumidamente ilegal. Ou seja, meio bilhão de reais alimenta uma rede de negócios ambientalmente sujos que, em 2020, sonogou R\$ 5 milhões ao não pagar a CFEM (Contribuição Financeira pela Exploração Mineral) - cuja alíquota para a areia é de 1% sobre a receita bruta da venda.



ÓRGÃOS AMBIENTAIS DESCONVERSAM

Quem mais perde com a sonegação da CFEM são os municípios, que ficam com 65% da contribuição. Do restante, 23% vão para os estados e 12% para a União. Convidada a se manifestar sobre a metodologia utilizada pelo policial federal Luís Ramadan, a ANM disse somente que “não avaliamos e emitimos juízos de valor sobre metodologias aplicadas/utilizadas por outras instituições”. O Instituto Água e Terra, por meio da

assessoria da Secretaria Estadual do Desenvolvimento Sustentável e Turismo (Sedest), disse o mesmo.

“Este indicador [do Ramadan] é utilizado para estimar a produção de areia a partir do consumo do cimento, porém, existem diversas proporções de consumo, a depender do uso na composição dos diferentes produtos que utilizam a areia. Importante considerar que há grande comercialização de finos de brita (areia artificial) que são comercializados

como brita, porém, seu uso substitui a areia natural. Para considerar que existe comercialização de areia de fonte ilegal, haveria necessidade de estudos mais aprofundados pela ANM”, insistiu o IAT.

A opinião dos órgãos de fiscalização não é a mesma de especialistas no assunto, como a do chefe do departamento de Geociências da UEPG (Universidade Estadual de Ponta Grossa), Gilson Burigo Guimarães. Para ele, “este trabalho do

Ramadan é excelente”. “Inclusive por utilizar dados, sem muita margem para especulação, e trazer um quadro mínimo do problema.” Sobre metade da areia usada no Paraná ser ilegal, “não é uma projeção absurda”, disse Guimarães, que é também representante estadual da Sociedade Brasileira de Geologia, membro do Grupo Universitário de Pesquisas Espeleológicas (GUPE) e membro titular do Conselho Gestor da APA da Escarpa Devoniana.

“Essa proteção na aquisição de areia, para pessoas e empresas, teria que passar pela atuação rigorosa dos entes públicos, fazendo seu papel fiscalizador

Gilson Burigo Guimarães. chefe do departamento de Geociências da UEPG

CONSUMO CONSCIENTE DEPENDE DE FISCALIZAÇÃO

Para Guimarães, o consumo consciente da areia esbarra na falta de controle dos órgãos públicos sobre a extração da areia. “Essa proteção na aquisição de areia, para pessoas e empresas, teria que passar pela atuação rigorosa dos entes públicos, fazendo seu papel fiscalizador. Só que eles definitivamente não estão preparados. Vai parecer discurso de sindicato, mas existe, sim, um histórico consistente de descaso

(e/ou desmonte deliberado) dos órgãos públicos, nos três níveis [de governo], que deveriam atuar nas atividades de fiscalização”.

À reportagem o IAT disse que o órgão divide com a ANM a fiscalização da mineração no Paraná. A Agência Nacional de Mineração deveria efetuar o controle da atividade legalizada, enquanto ao órgão estadual caberia exigir o cumprimento dos licenciamentos ambientais. “Coexistem as 2 legislações.

Se a mineração é ilegal por falta de diplomas legais de mineração, é a ANM a ser acionada. Se crimes ambientais forem cometidos, é o IAT”, descreveu o governo do Paraná, sem responder sobre atuações recentes de mineração ilegal.

“Existem registros recentes de lavra não autorizada de areia no Paraná, que em sua maioria chegam à ANM mediante denúncias ou solicitações de informações por parte do Ministério Público Federal e da

Polícia Federal, ou são descobertas casualmente ao se analisarem os processos minerários com diversos fins. Mais recentemente, na região metropolitana de Curitiba, a ANM tem contado com o apoio da Polícia Federal nessa atuação”, respondeu a União, confirmando a ocorrência da atividade ilegal. Hoje, a ANM dispõe de apenas três geólogos para a fiscalização da pesquisa, mais três geólogos e um engenheiro de minas para a fiscalização das lavras.

MUDANÇA É A RESPOSTA

“Não existe solução que não inclua a reformatação dos órgãos de controle, dando a eles autonomia verdadeira, com concursos em grande número e programas de capacitação para suas equipes, além da garantia de investimento contínuo em equipamentos, suporte de geoprocessamento e veículos, tanto terrestres, quanto drones”, alerta Gilson Guimarães. No seu trabalho mais recente, Ramadan afirma que a extração ilegal de areia é cometida diariamente no país “e seu faturamento anual é muito alto, sendo estimado entre R\$ 7,6 bilhões e R\$ 8 bilhões”.

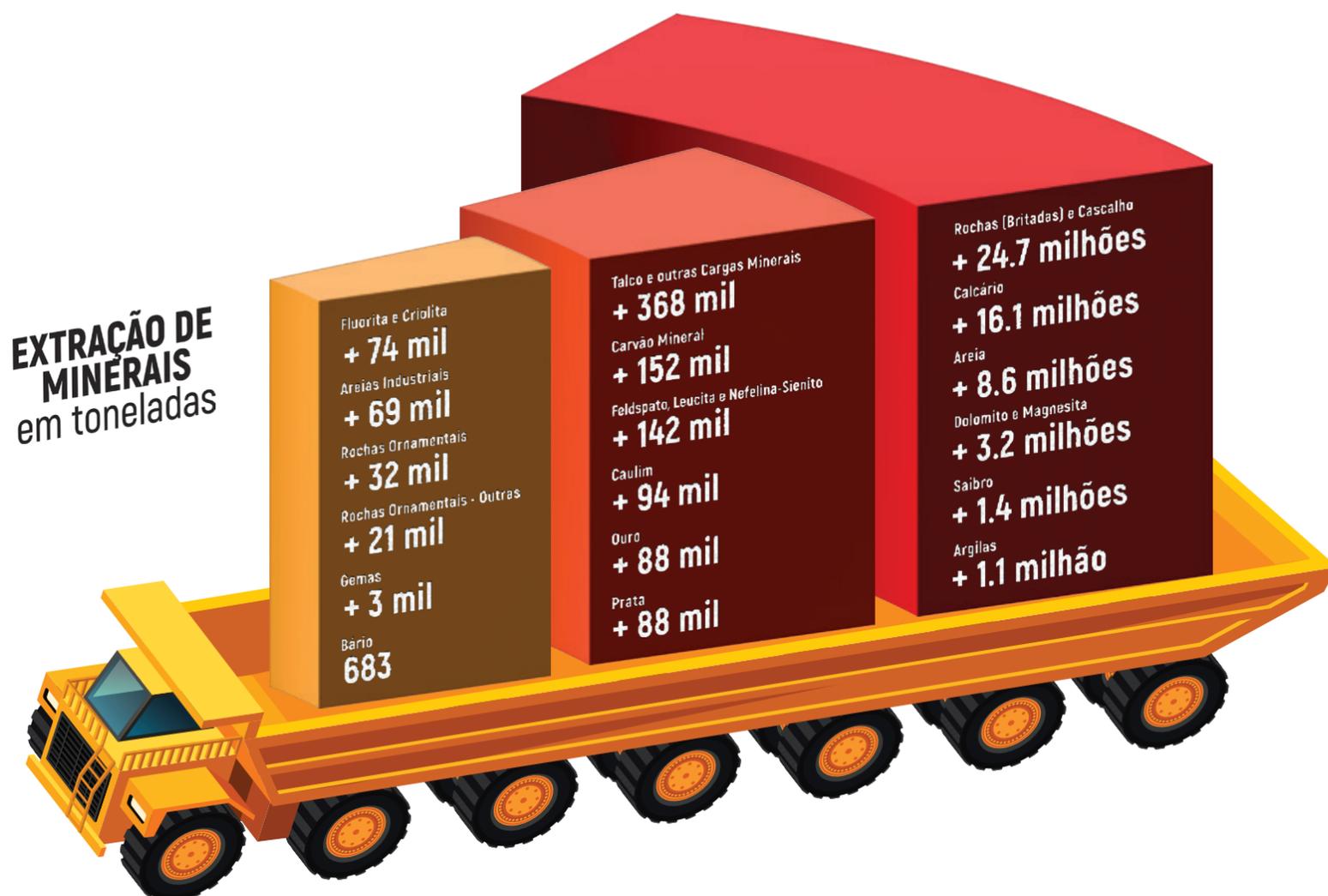
“A extração ilegal de areia, um dos mais importantes agregados da construção civil, é uma das atividades da mineração mais impactantes e não sustentáveis, por não existir nenhum tipo de controle ou fiscalização. Ela é responsável pela degradação de praias, rios e lagoas, alterações dos cursos hídricos, aumento do assoreamento, descaracterização do relevo com erosão do solo, destruição de áreas de preservação permanente, da flora e da fauna, alteração do meio atmosférico, com aumento da quantidade de poeira no ar”, comenta o policial federal e pesquisador do assunto.

Para Ramadan, “o subsetor de extração de minerais de uso direto na construção civil, objetivo principal deste estudo, é geralmente constituído por empresas de pequeno a médio porte, com baixa capacidade organizacional e de investimentos. Nem sempre com conhecimento adequado, ou planejamento de lavra que conduza ao fechamento da mina com aproveitamento máximo do recurso mineral. Principalmente nas pequenas empresas, é grande a clandestinidade e a ilegalidade, associadas à falta ou a deficiências no licenciamento ambiental”.

A visão do IAT para o problema é que não há problema, pois “todas as lavras passam por rigorosa análise ambiental, antes de ser instalada e após o início de suas atividades”. O órgão ambiental do governo do Paraná também afirma categoricamente que “não existem lavras legais em áreas de preservação ambiental, e muito menos lavras de areia em cavernas”. “A mineração é necessária a toda a população e ela deve ser feita sempre de forma sustentável”, disse, em nota, à reportagem, o Instituto Água e Terra.

“A extração ilegal de areia, um dos mais importantes agregados da construção civil, é uma das atividades da mineração mais impactantes e não sustentáveis

Luiz Fernando Ramadan, policial federal



MUITO MATERIAL BARATO

Ainda que tenha saído daqui o ouro usado para forjar as medalhas das Olimpíadas do Rio de Janeiro, em 2016, o Paraná não é destaque na mineração nacional. Em termos de produção bruta, ficou com a 7ª posição no ranking nacional em 2020, com 56 milhões de toneladas extraídas. São meros 3,5% do total. O Paraná está bem atrás de Minas Gerais, que ficou em 1º, ao extrair 515 milhões de toneladas (32%).

No Brasil, a alíquota da CFEM é menor quanto mais ordinário for o material extraído. É por isso que areia e outros insumos da construção civil recolhem apenas 1% de imposto enquanto o minério de ferro retém mais que o triplo, custando 3,5%. Por produzir materiais mais baratos, em termos de arrecadação, o Paraná cai para a 12ª colocação. O estado arrecadou R\$ 23 milhões de CFEM, Minas Gerais fez R\$ 4,6 bilhões em 2020.

O aumento das lavras de areia explica o recorde de 2021, mas a areia é só a terceira substância mais extraída no Paraná. No topo da lista, em 2020, estão a pedra bruta e o cascalho, com 24,7 milhões de toneladas, seguidas pela indústria do calcário, com 16 milhões de toneladas. A soma da brita, calcário e areia representa 87% de toda produção bruta do estado, mostrando como a mineração no Paraná está atrelada à construção civil.

“[Em termos de mineração], não podemos esquecer [que a construção civil] é a própria vocação natural do Paraná, [um estado] comparativamente menos atraente quando o assunto são bens minerais erroneamente tidos como mais nobres - ouro, ferro, cromo, níquel, cobre etc. Isso faz com que, por aqui, o destaque sempre esteja em materiais da construção civil (areia, cascalho, argila, brita) ou de interesse agrícola (calcário)”, assinala Gilson.



É possível a indústria devolver a água mais limpa do que quando captou?

O consumo de água no mundo cresce 1% ao ano, e aumentou em seis vezes nos últimos 100 anos, de acordo com a ONU. Com base nisso, a indústria não pode ficar de braços cruzados: é preciso fazer mais do que a lei pede, para embalar o futuro com práticas ousadas e realmente eficazes.

Responsável por 21% de participação no Produto Interno Bruto (PIB), a indústria brasileira consome apenas 10% da água captada para uso no Brasil, o que indica sua eficiência e o investimento em boas práticas.

Mesmo para a indústria de papel é possível reduzir o consumo. A Ibema, fabricante de papelcartão, diminuiu em 25% o uso de água no processo produtivo e na geração de efluentes da sua fábrica instalada na região metropolitana de São Paulo, em Embu das Artes (SP), nos últimos quatro anos.

“Além de ajudar a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, contamos com pesquisas e análises permanentes para melhorar esse uso, a fim de gerar maior economia e inteligência na gestão”, explica a gerente de SGI, Risco e

Meio Ambiente da Ibema, Andrea Pegorini.

Em Embu das Artes (SP), o circuito fechado da água aproveita até 94%, um dos menores indicadores de consumo de água encontrados na produção de papel-cartão no Brasil. “Somente quando a água não tem mais condições de ser usada na produção, ela é tratada e devolvida como efluente. Mesmo assim, o recurso volta ao meio ambiente mais limpo que no momento de captação, pois nosso time de Utilidades monitora todo o percurso da água na fábrica até a sua entrega na natureza”, explica Andrea. A média de geração de efluentes na planta de Embu, hoje, é de 4 m³ por tonelada de papel-cartão produzida.

Já na planta de Turvo, no interior do Paraná, a Ibema também reduziu o consumo de água e geração de efluentes em 15% nos últimos três anos – hoje, a média de geração de efluentes é de 11,6 m³ por tonelada produzida. A empresa, que atualmente conta com aproximadamente 700 colaboradores, possui unidades certificadas pela ISO 9001, pela ISO 14001 e pelo FSC (Forest Stewardship Council).

“Além de ajudar a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, contamos com pesquisas e análises permanentes para melhorar esse uso, a fim de gerar maior economia e inteligência na gestão

Andrea Pegorini, Gerente de SGI, Risco e Meio Ambiente da Ibema



[GALERIA]

As harpias em vida livre pelas lentes de Carlos Augusto Tuyama



AO longo dos últimos anos, Carlos Augusto Tuyama tem monitorado harpias em vida livre no município Rolim de Moura, na Amazônia. Ele faz parte do Projeto Harpia Brasil e coordena o Núcleo Rondônia.

As fotografias captam momentos incríveis da maior águia do Brasil, e uma das maiores do mundo, em sua intimidade, desde a alimentação, a reprodução, a rotina do casal, o cuidado com o filhote até a congregação das aves com a floresta.

A harpia pode chegar a um metro de altura e ter dois metros de uma ponta a outra da asa. Com a redução das florestas, a espécie está ameaçada de extinção. Já foi erradicada da América Central e restam poucos indivíduos na América do Sul. No Paraná, por exemplo, a harpia já é considerada extinta.

Os registros de Carlos Tuyama contribuem com a coleta de dados científicos no oeste brasileiro. Mas, para mapear os ninhos e captar as imagens, há um planejamento e um cuidado muito grande para não interferir ou incomodar as aves.



“ Há 40 anos, Rolim de Moura era um tapete verde, com 100% de cobertura florestal. Hoje, restam apenas 10%. A grande maioria foi transformada em pastagem e agricultura

Cultura

O interesse de Carlos pela harpia começou quando era criança, ao visitar um zoológico em São Paulo. Já adulto, em Rondônia, viu uma garra exposta na casa de um agricultor e se deu conta que estava bem perto daqueles animais.

“No início, meu interesse era ver o bicho na natureza, mas quando avistei, me apaixonei. Após tomar conhecimento do grau de ameaça em que se encontrava, decidi me envolver a fundo na causa da conservação. Desde então, dedico um dia por semana à proteção da harpia e de seu habitat”, conta Carlos.

A Harpia é uma águia enorme, sendo considerada a mais forte do planeta. É a maior ave de rapina brasileira.



“ Não é só não dar o tiro na harpia, mas conservar tudo em volta, pensando a longo prazo na conservação daquilo que nos cerca

“Há 40 anos, Rolim de Moura era um tapete verde, com 100% de cobertura florestal. Hoje, restam apenas 10%. A grande maioria foi transformada em pastagem e agricultura. O que sobrou foram margens de rio e pedaços de mata onde a topografia não favorece ou existem muitas rochas. A harpia é um dos elementos que está neste contexto, ilhada nesses fragmentos”, explica Tuyama.

A reprodução da harpia ocorre a cada dois ou três anos. A fotografia de um filhote é resultado de meses de trabalho e dedicação.

A harpia vive solitária ou em pares na copa das árvores. Apesar do seu tamanho, é bastante ágil e muito difícil de ser avistada.

Fotografias contribuem para educação ambiental da população que vive próxima às harpias. Carlos Tuyama realiza atividades em escolas e trabalhos de conscientização com a comunidade.



Livros



FLUXO - Do universo às relações humanas com o ambiente

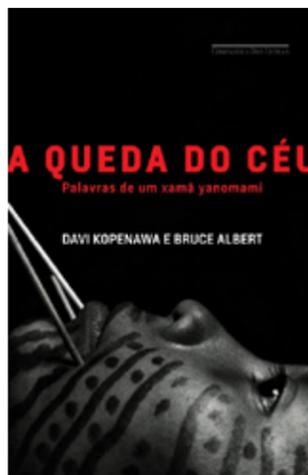
O livro de Raul Matias Cezar, sugere como ter uma convivência solidária entre a natureza e a humanidade. Raul é engenheiro agrônomo e doutor em Ciência do Solo, e o livro é resultado de seis anos de pesquisa no doutorado, além de dez anos de pesquisas e leituras sobre Agroecologia e Evolução. O autor traz reflexões sobre o papel da humanidade na Terra que, segundo ele, não é maior do que o de outros animais.



Audiobook Tartaruga Verde

O Programa de Recuperação da Biodiversidade Marinha (REBIMAR), patrocinado pela Petrobras, lançou o livro “Olhares Sobre a Biodiversidade Marinha e Espécies Ameaçadas” também em áudio. A proposta é diversificar o formato para que mais pessoas possam conhecer

os resultados de pesquisas realizadas no litoral do Paraná e sul de São Paulo, que desde 2008 são referências em pesquisa e educação ambiental. Cada capítulo do livro se tornou um episódio disponível gratuitamente na plataforma Spotify. São dez episódios com duração entre 10 e 25 minutos.



A Queda do Céu

A obra "A Queda do Céu", originalmente lançada em francês, apresenta o relato de um grande xamã e porta-voz dos Yanomami contra a destruição da Floresta Amazônica. O livro é fruto de mais de trinta anos de convivência entre os autores, o etnólogo-escritor, Bruce Albert, e o xamã-narrador, Davi Kopenawa. A narrativa apresenta um universo complexo, de visões xamânicas e meditações etnográficas sobre os brancos, o "povo da mercadoria". Uma ferramenta crítica poderosa para questionar a noção de progresso e de desenvolvimento.

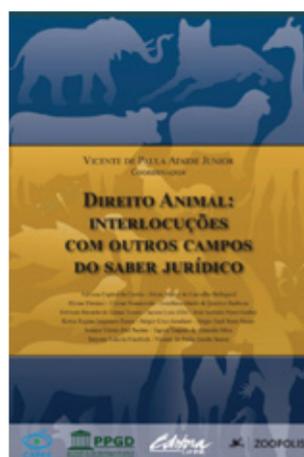


Ditadura em Curitiba

Momentos emblemáticos da história local costumam se fazer presentes no cotidiano das cidades por meio de museus, monumentos, eventos, datas de luta ou celebração. Mas, em Curitiba, Paraná, a paisagem urbana não tem registrada a memória do regime militar ditatorial (1964-1985).

O autor Luiz Gabriel Silva se preocupou com essa lacuna e com a necessidade de trazer esse momento da história nacional para mais perto da realidade dos curitibanos, em especial, aqueles em sala de aula. A obra

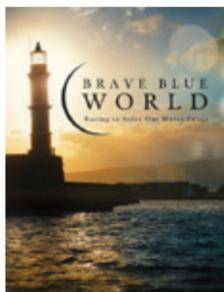
ainda faz parte de um projeto maior que contempla o site "Ditadura em Curitiba", ferramenta que pode ser acessada por pesquisadores, docentes e demais interessados no assunto.



Direito Animal

O livro "Direito Animal", organizado pelo juiz federal Vicente de Paula Ataíde Junior, traz conhecimentos teóricos e aplicados sobre questões que envolvem os animais enquanto sujeitos de direito e cujas respostas ainda são incipientes no Direito brasileiro. Segundo o organizador, a obra celebra importantes avanços da área e coroa a faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná como protagonista na área.

Documentários



Brave Blue World: Racing to Solve Our Water Crisis

Até 2025, 1,8 bilhão de pessoas viverão sob estresse hídrico. O documentário Brave Blue World explora as empolgantes novas tecnologias e inovações que possuem o potencial de resolver a crise mundial da água. Narrado por Liam Neeson, com Matt Damon e Jaden

Smith, o filme destaca grandes inovações ao redor do mundo que podem ajudar a construir um futuro de uso sustentável da água. Você assiste ao documentário na Netflix e pode saber mais em <https://www.braveblue.world/>



COW

Em sua nova obra, Andrea Arnold apresenta o dia a dia de algumas vacas holandesas em uma fazenda leiteira britânica, durante quatro anos. O documentário começa com registros da vaca Luma dando à luz a sua bezerra e a partir disso acompanhamos suas vidas como produtoras de leite. Você encontra a obra com exclusividade na plataforma Mubi.

Filmes



O Preço da Verdade - Dark Waters (2019)

O filme conta a história de Robert Bilott (Mark Ruffalo), um advogado que trabalha para uma grande empresa de advocacia. Ele recebe um pedido de ajuda para investigar mortes não explicadas de animais na pequena Parkersburg, West Virginia, EUA. O caso se complica quando Robert relaciona as mortes com a grande empresa de produtos químicos DuPont. O filme ainda conta com Anne Hathaway, Tim Robbins, Bill Camp, Victor Garber, Mare Winningham, William Jackson Harper e Bill Pullman, e está disponível na Prime Video, Vivo Play e Apple TV.

South America - Geodiversity between two seas



Como surgiu o Oceano Atlântico? Essa história de 200 milhões de anos é contada no documentário América do Sul - Geodiversidade entre dois mares. O curta de 32 minutos percorre mais de 20 parques, sítios arqueológicos e reservas naturais do Brasil, Chile e Argentina. Foi produzido para fins educativos pelo Museu de Ciências Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa e está disponível no canal do museu no YouTube em inglês e português.

INSTITUTO LEGADO

10 ANOS DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO SOCIAL



PROPÓSITO



INOVAÇÃO



ACTITUDE



IMPACTO

Há 10 anos o Instituto Legado promove impacto socioambiental por meio do fortalecimento do empreendedorismo social. Desde que foi criado pelo casal Gláucia e James Marins, o Instituto Legado desenvolve programas de ACELERAÇÃO, EDUCAÇÃO e CONEXÃO que contribuem para a expansão de impacto de empreendedores sociais espalhados pelo Brasil.

institutolegado.org

 **Legado**
10 anos de impacto

Rua São Pedro, 696, Curitiba - PR
contato@institutolegado.org

HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE

ESPECIALISTA EM SER COMPLETO



O Pequeno Príncipe – maior hospital exclusivamente pediátrico do Brasil – é um reconhecido centro de diagnóstico e tratamento, que oferece desde atendimentos ambulatoriais e exames até cirurgias e transplantes, em 35 especialidades médicas, a crianças e adolescentes de todo o país.

Com o trabalho sinérgico e integrado de equipes de saúde especializadas e multidisciplinares aliado a serviços complementares e de apoio, garante atendimento integral aos pacientes e suas famílias.

Temos muitos diferenciais. Mas se fosse para resumir em um só, seria: somos vários hospitais pediátricos em um.



O Hospital Pequeno Príncipe é uma instituição filantrópica e precisa do seu apoio para continuar salvando vidas.

Faça a sua doação:

[DOEPEQUENOPRINCIPE.ORG.BR](https://doepequenoprincipe.org.br)



World's
**best pediatric
hospitals 2022**

Newsweek
magazine